



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 052

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 052

47ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios 09

Indicações 09

Designações 10

Requerimentos 10

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri 18

Dep. Antonio Belinati 19

Marcelo Rangel 22

Dep. Elio Rusch 22

Dep. Luiz Eduardo Cheida 22

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 20

Dep. Douglas Fabrício 36

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 27

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 28

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 29

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 31

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 32

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 34

Liderança da Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho 35

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 37

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 39

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 40

2ª Discussão 40

1ª Discussão 41

Requerimentos 45

Encerramento da Sessão 47

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 47

DIÁRIO Nº 052

47ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

22 DE MAIO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Arta-

gão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Chico Noroeste, Mauro Moraes e Osmar Bertoldi (04).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Caíto Quintana, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori e Mamede (05)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 016/07

Curitiba, 16 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que solicita a aprovação de abertura de crédito espe-

cial no valor de R\$ 1.245.510,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, visando atender despesas de exercícios anteriores relacionadas a obras de infra-estrutura urbana e ações institucionais, que foram estornadas no exercício de 2006, em cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal firmado entre a união e o estado do Paraná, com a criação do Projeto Orçamentário 1139 - Investimentos em Infra-Estrutura Urbana nos municípios.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a V. Exas. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 1.245.510,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), com a criação do seguinte Projeto Orçamentário 1139 - Investimentos em Infra-Estrutura Urbana nos municípios, conforme Anexos I, II, III e IV desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo V desta lei.

Art. 3º Fica alterado o Programa de Obras, constante no Anexo V de Lei Orçamentária nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, conforme Anexo VI desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I					FL.01
6700 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano					R\$ 1,00
Programa de Trabalho					Recursos de todas as Fontes
6702 - Diretoria Geral					
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Esp.	Total
15451081.139	Urbanismo				1.245.510
	Infra-estrutura urbana				1.245.510
	Desenvolvimento Urbano e Regional				1.245.510
	Investimentos em infra-estrutura urbana nos municípios				1.245.510
	Prestar apoio aos municípios paranaenses em obras de infra-estrutura urbana e institucional, de acordo com a política de desenvolvimento estabelecida para o estado do Paraná.	1.245.510			
	Total	1.245.510			1.245.510

ANEXO II								Fl.2
6700 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano								R\$ 1,00
Discriminação da despesa segundo os desdobramentos por grupo de fontes								Recursos de todas as fontes
6702 - Diretoria Geral								
Proj/ativ.	Gr. Ft.	Pessoal e Encar. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financ.	Amortização da Dívida	Total
1.139	01				1.245.510			1.245.510
	T				1.245.510			1.245.510
Total					1.245.510			1.245.510

ANEXO III								Fl.3
6700 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano								R\$ 1,00
Discriminação da despesa segundo os desdobramentos por modalidade de aplicação								Recursos de todas as fontes
6702 - Diretoria Geral								
Proj/ativ.	Modal. Aplicação	Pessoal e Encar. Sociais	Juros e Enc. da Dívida	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financ.	Amortização da Dívida	Total
1.139	40				1.245.510			1.245.510
	T				1.245.510			1.245.510
Total					1.245.510			1.245.510

Cancelamento de Despesa		Anexo IV					Fl. 04 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	GR. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6700	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano						
6702	Diretoria Geral						
1139	Investimentos em infra-estrutura urbana nos municípios	4440.92	103	01	L	1.245.510	0764
Total						1.245.510	

Suplementação de Despesa		ANEXO IV					Fl. 04 R\$ 1,00
CÓD.	Especificação	Natu- reza da Despesa	Fonte	GR. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc. COP
6700	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano						
6702	Diretoria Geral						
1136	Operacionalização dos recursos do Fundo de Desenvolv. Urbano - FDU	4440.51	103	01	L	1.245.510	0763
Total						1.245.510	

Cancelamento de Despesa		ANEXO IV				
Código	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Alo	Valor	Processo
6700	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano					
6702	Diretoria Geral					
1136	Operacionalização dos recursos do Fundo de Desenvolv. Urbano - FDU					
950	Estado					
5000	As obras detalhadas no Anexo IX, totalizam neste projeto R\$ 13.230.000,00	103	01	L	1.245.510	0763
Total		Tes.		L	1.245.510	

MENSAGEM Nº 017/07

Curitiba, 16 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), de acordo o Anexo VII, referenciado no artigo 25 da Lei nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagens - DER, com a criação de conta investimento, visando atender a programação da Atividade 2384 - Operação e Segurança Rodoviária, con-

forme detalhamento constante do Anexo VII, que segue em anexo.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de transferências de recursos do Departamento de Transito do Paraná - DETRAN ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exas. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANEXO VII* - Atividade 2.384 - Operação e Segurança Rodoviária

Detalhamento de Despesa	Região	Natureza de Despesa	Medida	Qtde	Vlr. (R\$ 1)
Região de Gestão e Planejamento - RPG I - Curitiba					
Implantar plataforma de pesagem	RGP I	4490.39	Km	0,84	760.000
Implantar redutores eletrônicos de velocidade	RGP I	4490.52	ponto	5	500.000
Substituir balanças móveis e fixas	RGP I	4490.52	equipam.	5	500.000
Adquirir contadores de tráfego	RGP I	4490.52	ponto	10	200.000
Região de Gestão e Planejamento - RPG II - Ponta Grossa					
Implantar plataforma de pesagem PR-151, trecho: São João do Triunfo - São Mateus do Sul	RPG II	4490.39	Km	0,42	420.000
Região de Gestão e Planejamento - RPG III - Londrina					
Implantar plataforma de pesagem	RPG III	4490.30	Km	0,42	365.000
Região de Gestão e Planejamento - RPG VI - Cascavel					
Implantar plataforma de pesagem PRT-163, trecho Marechal Cândido Rondon - Quatro Pontes	RPG VI	4490.39			375.000
Implantar plataforma de pesagem BR-467, trecho Cascavel - Toledo	RPG VI	4490.39			390.000
Implantar plataforma de pesagem PR-488, trecho: BR-277 - Vera Cruz do Oeste	RPG VI	4490.39			425.000
TOTAL					3.935.000
*Constante da Lei Orçamentária nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, páginas 429 e 430					

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aberto um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), com a criação da conta investimento, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o demonstrativo da receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º O Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, procederá extraorçamentariamente a regularização contábil da redução de seus recursos próprios no valor de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), provenientes da receita 1600.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização, Fonte 250 - Diretamente Arrecadados, os quais deverão ser transferidos aos Departamento de Estradas de Rodagem - DER, por meio desta lei, em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei nº 15339, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Suplementação de Despesa	ANEXO I					Fl. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER	4490.30	250	95	L	365.000	0717
2384	Operação e Segurança Rodoviária	4490.39	250	95	L	2.370.000	0717
		4490.52	250	95	L	1.200.000	0717
					Total	3.935.000	

Cancelamento de Despesa	ANEXO II					Fl. 01 R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr. Fonte	LDR	Valor	N. do Proc COP
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública						
3930	Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN	4490.39	250	95	L	3.935.000	0717
1218	Mutirão Pela Vida						
					Total	3.935.000	

Acréscimo da Receita Descentralizada	ANEXO III			Fl. 02 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
	Secretaria de Estado dos Transportes				
7130 1990.50.00	Departamento de Estradas de Rodagem - DER Receitas Provenientes do Recolhimento de Recursos de Unidades da Administração Indireta por Determinação Leg	250	95	3.935.000	0717
			Total	3.935.000	

Redução da Receita Descentralizada	ANEXO IV			Fl. 02 R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	Valor	Processo
3930 1600.14.00	Secretaria do Estado de Segurança Pública Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN Serviços de Inspeção e Fiscalização	250	95	3.935.000	0717
			Total	3.935.000	

Ofícios

Sob o Protocolo nº 9.422.205-2, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre os investimentos programados para a implantação de rede de coleta e tratamento de efluentes domésticos do município de Contenda. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o Protocolo nº 9.422.206-2, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre processo de negociação da renovação da concessão dos serviços de coleta e tratamento de efluentes domésticos do município de Araucária. **Ao conhecimento da Sra. Deputada interessada.**

OFÍCIO Nº 073/07

Curitiba, 10 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná vem novamente dirigir-se à V. Sa. para solicitar espaço no Parlamento Estadual, como forma de nos manifestarmos publicamente.

A Federação Nacional de Jornalistas - FENAJ, em reunião de sua executiva nacional e de comum acordo com os representantes dos 31 Sindicatos de Jornalistas do Brasil, estipulou o dia 23 de maio como o Dia Nacional de Luta dos Jornalistas contra a sanção da Emenda 3, por parte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, unindo-se assim a todos os trabalhadores do Brasil.

Acreditando no espírito democrático da Assembleia Legislativa do Paraná e em sua disposição de abrir espaço para o debate a respeito das questões mais polêmicas que envolvem a sociedade brasileira, é que solicitamos à presidência desta Casa de Leis que nos conceda a honra de nos manifestarmos junto aos cidadãos paranaenses, expondo a eles nossa posição a respeito desse tema que vem gerando controvérsias.

Como não temos a pretensão de estipular horário, gostaríamos de uma resposta na qual se estabeleça o tempo e o horário que nos será designado ao longo da Sessão para nos pronunciarmos.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos o gesto solidário dessa Casa Legislativa.

Cordialmente,

(a) MARCIO RODRIGUES

Diretor de Defesa Corporativa

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná

OFÍCIO Nº 086/07

Curitiba, 22 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná vem novamente dirigir-se à V. Sa. para solicitar espaço no Parlamento Estadual, como forma de nos manifestarmos publicamente.

Como nossa demanda foi aceita, informamos que o Diretor de Defesa Corporativa desse sindicato, Sr. Márcio de Oliveira Rodrigues, estará utilizando o espaço aberto às manifestações públicas do Grande Expediente, para argumentar pela defesa do veto presidencial à Emenda 3.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos o gesto solidário dessa Casa Legislativa.

Cordialmente,

(a) ANIELA GISLEINE ALMEIDA

Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná

Indicação

INDICAÇÃO Nº 129/07

SÚMULA:

Solicita a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual Dom Pedro II no Município de Curitiba,

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário Estadual de Educação.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Seja construída, através da autarquia Paraná Esporte, uma quadra poliesportiva, na Escola Estadual Dom Pedro II, no município de Curitiba.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois a escola não possui área adequada para a prática esportiva, além do

que estará comemorando no ano vindouro, seus 80 anos de existência e excelentes serviços prestados à toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Durval Amaral, para representar esta Casa de Leis no Encontro dos Presidentes das Assembléias do Brasil, nos dias 23, 24, 25, 26 e 27 de maio de 2007, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Péricles de Mello, para representar esta Casa de Leis na audiência com o Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Senado, nos dias 23 e 24 de junho de 2007, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis na II Conferência da UNALE, nos dias 24 e 25 de maio de 2007, na cidade de Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Mira Anna Augusta Herwig, ocorrido no dia 13 de maio/07.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 92 anos de idade, faleceu a Sra. Mira Anna Augusta Herwig. Era viúva do Sr. August Henrich Herwig. Deixou os filhos Heinz Georg Herwig, Rolf Herwig e Roseli Herwig, deixou ainda 4 netos e 5 bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares de Mira Anna Augusta Herwig, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Herwig, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja registrado nos Anais desta casa de Leis, voto de pesar em razão do falecimento, nesta data, do Sr. Antonio Pupin, pai do Vice-Prefeito de Maringá, Carlos Roberto Pupin.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Galeno Barros, ocorrido no dia 21 passado.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos ao Chefe do Estado Maior e Sub-Comandante da Polícia Militar do Paraná, Coronel José Paulo Betes, pelos serviços prestados no Comando do Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Coronel José Paulo Betes, no endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401, CEP 80230-110 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em homenagear ao Coronel José Paulo Betes, pela sua eficiência e profissionalismo no decorrer dos 30 anos de serviços prestados a Polícia Militar e ao estado do Paraná.

Coronel Betes ingressou na Academia Policial Militar do Guatupê em 1º de março de 1974. Foi Chefe da Comunicação Social da Polícia Militar do Paraná; Comandante do 13º Batalhão de Polícia Militar; Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária, e atualmente exerce a função de Chefe do Estado Maior e Sub-Comandante da Polícia Militar do Paraná, passando a partir do corrente mês para a reserva remunerada da instituição.

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos aos novos dirigentes do Tribunal Regional 3ª Região.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os dirigentes eleitos para o biênio 2007/2009, especialmente para a Desembargadora Dra. Suzana de Camargo Gomes eleita Vice-Presidente e natural do município paranaense de Palmas.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com imenso prazer que iniciamos esta justificativa para saudar imensamente os novos dirigentes do Tribunal Regional 3ª Região, eleitos no dia 02 de maio do corrente. Gostaria de enfatizar nesta oportunidade a flagrante importância que essa nova direção deterá.

Suzana de Camargo Gomes é Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Regional, Membro do Conselho da Justiça Federal nesse Tribunal. Foi Juíza do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (2003-2005), do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul (1990-1992 e 1993-1994) e Procuradora do Estado do Paraná. Mestre em

Ciência Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pós-graduada em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC e Escola de Magistrados da Justiça Federal, além de especialista em Direito Penal e Processual Penal pelo Conselho da Justiça Federal - CEJ e Universidade de Brasília - UnB. É integrante do Departamento de Direito Eleitoral da Escola de Magistrados e da Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Foi escolhida por concurso realizado pela Associação de Juizes Federais; professora da Escola da Magistratura Federal do Estado de São Paulo.

Desde o início da nossa vida pública estamos sempre associados à militância em prol dos direitos humanos, trabalhando para eliminar preconceitos e discriminações contra todos os cidadãos, com destaque para as mulheres. Continuaremos participando desse esforço que é de toda a sociedade brasileira.

Apesar de tudo não há quem ignore, hoje, o êxito das mulheres em todas as ocupações a que se dedicam, em que sobressaem na competência profissional, pela excelência técnica, pelo interesse, pela dedicação e pelo apuro com que engrandecem tudo o que fazem.

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da Sessão dos trabalhos desta data, para que fique registrado para a posteridade, votos de congratulações e aplausos ao Coronel do Quadro de Oficiais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, Dr. Almir Porcides Júnior, pela brilhante carreira militar.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Sr. Coronel Almir Porcides Júnior.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Coronel Almir Porcides Júnior, nasceu dia 25 de novembro de 1954, casado com a Sra. Rute Porcides.

Formação Superior:

Academia Policial Militar do Guatupê:

Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar - 1975 a 1977; Curso Superior de Bombeiro Militar - 2000.

Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - 1992.

Pós-Graduação:

Universidade Federal do Paraná:

Especialização em Administração Policial Militar - 2000.

Cursos Realizados:

Curso de Prevenção e Combate a Incêndios - 1979; Curso Expedido de Mergulhador Autônomo - Marina de Guerra do Brasil/RJ - 1980; Curso de Operações de Busca e Salvamento - 1983; Curso de Instrutor de Educa-

ção Física - Escola de Educação Física do Exército Brasileiro/RJ - 1985; Curso de Agente de Socorros Urgentes - 1997.

Condecorações:

Medalha Policial Militar em ouro, prata e bronze, relativas a 10, 20 e 30 anos de serviços prestados à comunidade paranaense; Medalha Coronel-Sargento, conferida aos policiais militares que mais de destacaram em favor da causa pública ou além do dever no desempenho das suas funções; Medalha Policial Militar de Mérito, conferida ao militar que se distinguir ou tiver se distinguindo em serviços de campanha ou outros de relevância a bem da ordem pública; Medalha Fabriciano do Rego Barros, conferida aos militares e comandantes do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná; Medalha Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque, conferida ao militares e civis pela contribuição e pelo auxílio dispensado ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná; Medalha do Especial Mérito do Corpo de Bombeiro do Rio Grande do Sul; Medalha do Especial Mérito do Corpo de Bombeiro do Estado de Alagoas; Comenda do Cinquentenário da Polícia Militar do Paraná.

Promoções:

Aspirante a Oficial: 16 de dezembro de 1977; 2º Ten QOBM: 12 de agosto de 1978; 1º Ten QOBM: 30 de outubro de 1979; Cap QOPM: 05 de abril de 1989; Maj QOBM: 27 de dezembro de 1994; Ten Cel QOBM: 05 de fevereiro de 1999; Cel QOBM: 1º de julho de 2004.

Funções como Docente:

Instrutor na Academia Policial Militar do Guatupê - Curso de Formação de Oficiais Bombeiros-Militares na disciplina de Educação Física; Instrutor de Salvamento Terrestre e Salvamento Aquático no Curso de Formação de Soldados do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná; Instrutor de Salvamento Aquático, Salvamento Terrestre e Busca Aquática no Curso de Operações de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

Funções Exercidas no Corpo de Bombeiros:

Comandante da Subseção de Combate a Incêndios da cidade de Maringá - 1981 a 1983; Comandante da 3ª Seção de Busca e Salvamento de Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros, em Curitiba de 1983 a 1986; Subcomandante do Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros - 1987 a 1988; Comandante do Corpo de Bombeiros do Litoral do Paraná, de 1993 a 1995; Chefe da Seção de Inteligência do Comando do Corpo de Bombeiros - 1995 a 1997; Comandante do 1º Grupamento de Bombeiros, sediado na capital do estado em 1998; Chefe da Seção de Material e Logístico do Comando do Corpo de Bombeiros - 1998 e no período de 2002 a 2004; Comandante do 5º Grupamento de Bombeiros, sediado em Maringá e região - 2000 a 2002; assumiu a Chefia do Estado Maior do Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, a partir de 23 de dezembro de 2005, exercida até a presente data.

A liturgia das homenagens, via de regra, nos impõe palavras modestas que, invariavelmente resvala para a discussão do merecimento ou não da destinação. Inicialmente, gostaria de não subverter integralmente esta cãnone, mas é imperioso que se deixe consignado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ainda que as palavras sejam insuficientes, e, nem sempre comporta a intensidade do sentimento que ansiamos reproduzir, mas é necessário registrar que, sincera e verdadeiramente, o Dr. Almir Porcides Júnior é merecedor.

Esse homem público incansável tem demonstrado, ao longo de sua vida, que é possível construir coisas modernas, dinâmicas, progressistas e justas, tendo dedicado sua existência à construção e ampliação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Este é o Coronel Dr. Almir Porcides Júnior, que desejamos homenagear para ficar registrado nos Anais desta Casa de Leis, para a posteridade.

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor-Geral do Hospital de Caridade da Santa Casa de Curitiba, Dr. Carlos Roberto Seará Filho, enviando-lhe voto de congratulações, em razão dos 127 anos da instituição.

A Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, embora tenha sua origem em 1843, como iniciativa de um grupo de idealistas, sob a denominação de Fraternidade Curitibaana, foi definitivamente instituída em 9 de junho de 1852. Iniciou suas primeiras atividades em sede provisória, situada na atual R. Treze de Maio ao proporcionar apoio à Santa Casa de Paranaguá, na época lotada de doentes afetados pela epidemia de Cólera Morbo.

Em 1868 foi iniciada a construção do Hospital de Caridade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, cujo término ocorreu em 1880, sendo inaugurado pelo Imperador Dom Pedro II, no dia 22 de maio daquele ano. Inicialmente com 160 leitos, podia ser considerado um grande hospital, que foi, por muitos anos, o único hospital de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, e ao Superintendente do Desenvolvimento Educacional, Sr. Luciano Neves, solicitando dos mesmos informações sobre os prazos para a cobertura das quadras esportivas, conforme processos e requerimentos abaixo descritos:

Protocolo nº 8.987.876-4 - Escola Estadual João Jequelin - Maringá;

Protocolo nº 8.587.292-3 - Escola Estadual Zuleide Portes - Maringá;

Protocolo nº 5.503-111 - Colégio Estadual Branca da Motta Fernandes - Maringá;

Protocolo nº 4.950-922-7 - Escola Estadual Cecília Meirelles - Santa Fé;

Protocolo nº 3.011-240-7 - Colégio Estadual Ver-cindes Gerotto dos Reis - Paçandu;

Protocolo nº 4.950.891-3 - Colégio Estadual Tereza Cristina - Colorado;

Requerimento 27/02/07 - Colégio Estadual Presidente Kennedy - Maringá;

Requerimento 06/03/07 - Colégio Estadual Juscelino K. de Oliveira - Maringá;

Requerimento 07/07/07 - Colégio Estadual Adaile Maria Leite - Maringá.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente à presença de V. Exa., depois de ouvido o douto Plenário, solicitar ao egrégio Tribunal de Contas do Estado informações a respeito da gestão do Instituto de Previdência de Guaratuba, órgão gestor do Regime de Previdência do Município e, ainda, do Fundo de Previdência, criado em 1997.

O Instituto de Previdência de Guaratuba tem como patrimônio os recursos financeiros arrecadados por intermédio de contribuições previdenciárias dos funcionários públicos municipais, ou seja desconto em folha de pagamento, realizado mensalmente sobre o salário dos servidores do município pela Prefeitura de Guaratuba; por contribuições da Prefeitura de Guaratuba; e, ainda, pelas reservas provenientes do investimento de suas reservas.

Tais receitas podem apenas ser utilizadas, de acordo com o que determina a legislação, para o pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração que mantém o regime, razão pela qual cabe inquirir, a bem da verdade e da preservação de um patrimônio que é público, sobre a gestão do Instituto de Previdência de Guaratuba.

Tal medida se justifica, Sr. Presidente, em razão da entrada, na Procuradoria de Investigação Criminal do Ministério Público do Paraná, de grave denúncia de malversação de tais recursos, oficiada pelo advogado Orley Wilson Pacheco, assessor jurídico do referido Instituto de Previdência de Guaratuba.

De acordo com o Sr. Orley Wilson Pacheco, o denunciante veio a tomar conhecimento dos desvios de recursos públicos do Instituto de Previdência de Guaratuba a partir de uma série de informações oficiais que chegaram as suas mãos neste mês de maio de 2007.

Tudo principiou com um processo interno iniciado pelo Presidente da instituição, Sr. Ralf Drusso de Mesquita, que solicitou ao Sr. Orley Wilson Pacheco, medi-

ante ofício, em 03 de maio do corrente ano, um despacho no qual a Prefeitura de Guaratuba confessaria dívidas com o Instituto de Previdência.

Ainda de acordo com o denunciante, ele foi procurado logo a seguir pelo Sr. Paulo Jamur, Secretários de Finanças e Planejamento de Guaratuba, que, em ligação telefônica, teria solicitado, segundo o Sr. Orley Wilson Pacheco, que se procedesse à regularização das contas do Instituto de Previdência; e teria informado que o Sr. Orley Wilson Pacheco seria procurado pelo Diretor-Financeiro e Administrativo do Instituto de Previdência, Sr. Edward Laurence Loblein, que lhe entregaria os documentos informando quais os valores que deveriam ser regularizados.

Relata, ainda, o Assessor Jurídico Orley Wilson Pacheco, denunciante do escândalo, que em 07 de maio do corrente ano recebeu os referidos documentos do Diretor-Financeiro e Administrativo do Instituto de Previdência e que, depois de ler e analisar minuciosamente a documentação, tomou conhecimento das irregularidades cometidas pelos que comandam a Prefeitura de Guaratuba e o Instituto de Previdência de Guaratuba na gestão no dinheiro público.

De acordo com a denúncia do próprio funcionário do Instituto de Previdência de Guaratuba, Sr. Orley Wilson Pacheco, a partir da documentação oficial da instituição, foram repassados, para a conta da Prefeitura Municipal de Guaratuba, sem contabilização e sem respaldo legal nenhum, entre 30 de dezembro de 2005 a 18 de novembro de 2006, um total de 2 milhões, 926 mil, 883 reais e 86 centavos.

Além disso, foram repassados ainda, das contas do Instituto de Previdência de Guaratuba para as contas da Prefeitura Municipal de Guaratuba, desta vez com empenho e conseqüente contabilização, entre 25 de maio de 2005 e 30 de dezembro de 2005, outros R\$ 930 mil.

Tão grave quanto esse saque de recursos realizado nas contas do Instituto de Previdência de Guaratuba desde o ano de 2005 pela Prefeitura de Guaratuba, contudo, é o estudo efetuado pela empresa Melo Atuarial Cálculos Ltda, datado de 11 de abril de 2007, que demonstra a real situação financeira em que se encontra a instituição.

A Prefeitura de Guaratuba não repassa os recursos financeiros descontados dos salários dos servidores públicos municipais desde o mês de março de 2006. Atualizados sem correção, os recursos desviados alcançam a soma de 1 milhão, 84 mil, 89 reais e 95 centavos.

Por fim, resta comprovado na denúncia do Sr. Orley Wilson Pacheco à Procuradoria de Investigações Criminais do Ministério Público do Paraná que, do total de 8 milhões, 41 mil, 255 reais e 12 centavos em aplicações financeiras depositadas nas contas do Instituto de Previdência de Guaratuba em 31 de dezembro de 2005, restavam apenas R\$ 4 milhões e 300 mil em abril de 2007. Cabe lembrar, aqui, ainda, que em dezembro de 2005 já haviam sido repassados às contas da Prefeitura de

Guaratuba outros R\$ 930 mil, o que eleva o total para quase R\$ 9 milhões.

De acordo com a denúncia do Sr. Orley Wilson Pacheco, datada do último dia 14 de maio do corrente ano, o gravíssimo desvio de recursos do Instituto de Previdência de Guaratuba, irregularidade suficiente para exigir uma ampla e profunda investigação sobre a administração do Sr. Prefeito Miguel Jamur, ainda serviu para “maquiar” as contas da administração municipal em balanços oficiais, provocando a falsa percepção de gestão eficiente dos recursos que são de todo o povo de Guaratuba.

Assim, Sr. Presidente, certo de que trago ao conhecimento desta Casa acusações das mais graves, que exigem tomada de providência imediata e também na alçada da investigação das contas municipais, levada a efeito com competência pelo Tribunal de Contas do Paraná, é seguro de que tal denúncia, feita corajosamente por servidor municipal, encontrará eco na sociedade paranaense, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) TADEU VENERI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 372/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União Paranaense de Apoio a Criança com Câncer - UNIPACC, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que a União Paranaense de Apoio a Criança com Câncer, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de utilidade pública.

É inegável que a presente entidade é de grande utilidade pública do estado do Paraná e pode ser declarada por lei como tal.

PROJETO DE LEI Nº 373/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto de Canto e Música São Domingos Sávio, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que o Instituto de Canto e Música São Domingos Sávio, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 374/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigada a inclusão de telefone e endereço do órgão de fiscalização do estado do Paraná em defesa do consumidor - PROCON-PR - www.pr.gov.br/proconpr - 0800-41-1512 - R. Alameda Cabral, 184 - Centro, Curitiba/PR - CEP 80410-210 - Fax: (41) 3219-7400, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais no estado do Paraná.

Art. 2º Os infratores do disposto nesta lei ficam sujeitos a multa de 100 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), na forma de regulamentação.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como finalidade orientar e facilitar o acesso do consumidor na defesa de seus direitos fundamentais e básicos aos órgãos de fiscalização do estado que prestam serviços em sua defesa.

O consumidor muitas vezes não tem conhecimento e nem acesso a estes órgãos, simplesmente por falta de informação. Esta propositura cria um importante mecanismo de informação, através do qual o estado divulga ao consumidor este instrumento de cidadania, conforme dispõe a Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), que dispõe sobre a proteção do consumidor, em seu artigo 6º, inciso VII.

Visa ainda garantir ao consumidor em geral, informação sobre o acesso do cidadão aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção ou à reparação de danos patrimoniais e morais - individuais, coletivos ou difusos - assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

São estes os motivos que nos levam a solicitar a aprovação do projeto de lei que ora submetemos à deliberação dos nobres Pares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 375/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina de Escola Estadual Deputado Anibal Khury, a atual Escola Estadual Barro Preto, localizada no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com objetivo de denominar o estabelecimento escolar localizado no município de São José dos Pinhais, de Escola Estadual Deputado Anibal Khury, atendendo a solicitação do Conselho Escolar e Pais de Alunos da Escola Estadual Barro Preto, que objetiva homenagear um dos maiores homens públicos do estado do Paraná, o Presidente Anibal Khury.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 376/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º São considerados motociclistas comerciais, todos os motociclistas que labutem nas atividades de moto-taxi, moto-entrega e outros tipos de atividades comerciais que dependam exclusivamente de transporte através de motocicletas, e estarão sujeitos às exigências contidas nesta lei.

Art. 2º Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de capacete que envolva toda a cabeça do motociclista comercial, e do eventual carona, estando vedados os capacetes tipo “coquinho” e outros modelos não totalmente seguros.

Art. 3º O uso de faixas reflexivas fosforescentes envolvendo o tórax do motociclista comercial fica obrigado nos municípios com mais de 50 mil habitantes e em todas as estradas (rodovias federais e estaduais) no território do Paraná.

Art. 4º As empresas que possuam frotas e/ou prestadores de serviços e as cooperativas de motociclistas deverão promover a manutenção periódica das motoci-

cletas e um seguro de vida pessoal e contra terceiros, para os motociclistas comerciais.

Art. 5º Os municípios que possuam mais de 200 mil habitantes deverão implantar gradativamente, e de acordo com estudos de seus órgãos de trânsito e urbanismo locais, linhas exclusivas para motocicletas, em suas ruas principais e vias rápidas.

Art. 6º A regulamentação da presente lei deverá ser efetivada pela autoridade estadual de trânsito, principalmente no tocante a fiscalização e eventual punição aos infratores.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor 60 dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Os dias atuais exigem rapidez e agilidade para as pessoas e empresas, tanto é assim que a utilização de motocicletas para o transporte de documentos e pequenas cargas vem crescendo em ritmo galopante em todo nosso país, não sendo diferente em nosso estado.

Esse fenômeno traz também um problema muito sério: o altíssimo número de acidentes fatais envolvendo motociclistas que laboram diariamente com suas motocicletas nos mais diversos serviços, e nunca são amparados pelas empresas a quem prestam serviços ou pelas cooperativas as quais pertencem.

É necessário, urgentemente, a aprovação de uma legislação protetiva da categoria, que assegure um mínimo de condições para que desempenhem suas atividades, sem correr tão grande risco de morte.

PROJETO DE LEI Nº 377/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Saúde do Adolescente no âmbito do estado do Paraná.

Art 2º São objetivos do Programa Saúde do Adolescente:

I - desenvolver ações fundamentais na prevenção contínua (primária, secundária e terciária), com ênfase à prevenção primordial, de modo que o adolescente sinta a necessidade de ter e resguardar sua saúde;

II - assistir às necessidades globais de saúde da população adolescente, a nível físico, psicológico e social;

III - estimular o adolescente nas práticas educativas e participativas, como fator de um desenvolvimento do seu potencial criador e crítico;

IV - estimular o envolvimento do adolescente, dos seus familiares, e da comunidade em geral nas ações a serem implantadas e implementadas.

Art. 3º Para efeito dos objetivos de que trata o artigo 2º, usar-se-ão as seguintes definições:

I - considerar adolescente aquele cuja idade se situar entre 10 (dez) e 20 (vinte) anos completos, independentemente de sexo, características biológicas ou psíquicas;

II - considerar uma equipe multiprofissional mínima necessária para atendimento primário, um médico, um enfermeiro, um assistente social e um psicólogo.

Art. 4 São áreas de atuação do Programa de Saúde do Adolescente:

I - assistência social, quando serão analisadas as condições e problemas de natureza sócio-econômica do adolescente, das possibilidades de apoio, levantamento de recursos de sua comunidade, identificação das atividades de lazer e culturais;

II - enfermagem, quando será feito um levantamento inicial de dados de orientação sobre aspectos preventivos e educativos para adolescentes;

III - psicológico, propiciando ao adolescente oportunidades de auto conhecimento acerca de suas potencialidades, bem como áreas de conflito, dificuldades, oferecendo-lhes ações que estimulem o desenvolvimento normal de sua personalidade;

IV - atendimento clínico ou pediátrico, com o intuito de prevenir, diagnosticar, tratar e recuperar a saúde do adolescente;

V - ações educativas, que serão desenvolvidas de acordo com as principais diretrizes da Organização Mundial da Saúde, como atividades de prevenção primordial, acolhendo, discutindo, analisando e orientando os problemas, os anseios e as expectativas do adolescente que dizem respeito à sua saúde.

Art. 5º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa instituir o Programa Saúde do Adolescente no estado do Paraná.

A aprovação deste projeto de lei propiciará ao adolescente entre 10 e 20 anos, uma maior assistência no que diz respeito à saúde. Ele contará com o apoio de profissionais de diversas áreas de atuação, como psicólogos, pediatras, assistentes sociais, orientadores, dentre outros,

proporcionando assim, um melhor atendimento e uma melhor qualidade de vida.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 378/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), das empresas que forem flagradas adquirindo ou comercializando peças e acessórios automotivos, de origem ilícita, furtadas ou roubadas.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a administração pública estadual baixará a regulamentação respectiva no prazo máximo de 90 dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem o precípuo objetivo de coibir a comercialização de acessórios e peças automotivas advindas de desmanches ou furtos, assegurando o comércio lícito e valorizando os comerciantes honestos.

Não pode, o estado, deixar que se prolifere o comércio ilegal, ainda mais no ramo automotivo, portanto será através da punição concreta aos maus comerciantes que pensarão muito mais ao receber peças de origem incerta ou duvidosa.

PROJETO DE LEI Nº 379/07

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santo Antonio do Paraíso, com sede no município de Santo Antonio do Paraíso e foro no município Congonhinhas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santo Antonio do Paraíso é entidade civil, sem

fins lucrativos, que tem por objetivo defender os direitos e promover a inserção dos portadores de necessidades especiais na sociedade.

Fundada em 24 de agosto de 2004, portanto há pouco mais de 2 anos, já recebeu o reconhecimento público do município, através da Lei Municipal nº 598/05, pelas atividades já desenvolvidas.

Para que a APAE possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 380/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede e foro no município de Mato Rico.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A associação tem por finalidade apoiar e desenvolver ações junto aos moradores em atividades das áreas de agricultura, agropecuária, piscicultura, avicultura, suinocultura e atividades correlatas, bem como produção de derivados e comercialização dos mesmos.

A entidade tem como objetivo o aumento da produtividade agrícola e pecuária junto aos associados, buscando meios para desenvolver a atividade de industrialização dos produtos agrícolas, promovendo a assistência social, através de experimentos não lucrativos de novos modelos sócio-produtivos e de sistema alternativos, através do comércio, emprego e créditos, combatendo assim a pobreza, e ainda defender a prevenção e conservação do meio ambiente, estimulando o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, as atividades previstas configuram-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, e também por meio da doação de recursos, e ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem na área.

PROJETO DE LEI Nº 381/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista, com sede e foro no município de Pato Branco - PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas Tarca Nativista tem como finalidade promover a educação, assistência social, exercendo atividades de pesquisas científicas sobre a cultura, inclusive no âmbito artístico e filantrópico, de caráter geral e indiscriminatório.

Com ênfase às tradições do Rio Grande do Sul, suas histórias, lendas, músicas, canções, costumes, folclore e outras manifestações, divulgando sua ação tradicionalista pelos municípios e estados vizinhos, e sempre que possível em todo o território nacional, dentro dos princípios de brasilidade, com o objetivo de uma maior elevação moral e cultural da terra gaúcha, agregando pessoas que estejam dispostas a cultivar e conservar o penhor pelas tradições gauchescas, através de comemorações específicas e programas regionalistas.

PROJETO DE LEI Nº 382/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os exames de seleção ao ensino superior nas universidades e faculdades estaduais serão realizados em data única.

Art. 2º O Poder Executivo terá o prazo de 90 dias para regulamentar esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei procura corrigir uma grave distorção no sistema brasileiro de ensino superior. A proposta de unificar as datas de realização dos exames de acesso, aí incluídos os tradicionais vestibulares, tem objetivos diversos, todos caracterizados por sua elevada relevância. A unificação das datas dos exames de acesso ao ensino superior terá a função de reservar a maior parte das vagas disponíveis para residentes na localidade ou na região onde se situa o estabelecimento de ensino. Em vigor a norma, a tendência será no sentido de que os estudantes se candidatem para a instituição mais próxima do seu domicílio, pois contarão com apenas uma data para a realização do exame em universidade pública.

Assim, não poderão se candidatar a diferentes instituições em estados e cidades diversas, como ocorre atualmente. O sistema atual é injusto, pois garante a maior parte das vagas para os estudantes oriundos de famílias de renda mais elevada, que, além de terminar o ensino médio, em geral, nos melhores colégios, ainda podem

arcar com despesas de locomoção e hospedagem em diferentes cidades. Da mesma forma, a unificação de datas e exames de acesso nas universidades públicas, evitará que os grandes centros de ensino médio e nacional e, mesmo, redes nacionais de cursinhos passem a monopolizar o acesso ao ensino superior público.

A unificação dos exames de acesso terá, ainda, a consequência de preservar e valorizar as culturas regionais e locais, uma vez que as universidades tenderão a se voltar para as realidades sócio-culturais que as envolvem. Neste mesmo sentido deverá, ainda, levar os formandos a exercer sua profissão em sua região e comprometer a universidade, através de seus professores e alunos, com a solução dos problemas locais da comunidade. Estou certo que dado o elevado interesse social deste projeto de lei, receberá a melhor acolhida de nossos Pares.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri, no Pequeno Expediente.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, hoje, porque novamente quero trazer aqui a preocupação que ainda encontra-se aberta a resolução do problema dos servidores da saúde.

É preciso que tenhamos uma solução negociada, como já falei várias vezes aqui, mas é preciso também que haja compreensão das partes envolvidas, que o tensionamento que está sendo feito, vai cada vez mais nos empurrando para uma solução que não é aquela desejada por servidores, sindicato e governo.

No dia de ontem, tivemos mais um episódio deste que, certamente, iria apenas atrapalhar essas relações que pretendemos que sejam resolvidas de uma forma que contemple a todos.

A funcionária e Diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Elaine Rodela foi agredida, ontem, no Centro de Especialidades, na R. Marechal Floriano, em Curitiba. Deputado Dobrandino, o senhor conhece a Elaine, todos sabem o tamanho que a Elaine tem, um metro e cinquenta e alguma coisa, é uma pessoa pequena de estatura física. E, ontem, quando a Elaine acompanhava uma servidora à perícia médica, foi abordada por vigilantes, que a agrediram fisicamente. Esses vigilantes a retiraram de dentro do Centro de Especialidades Médicas. No IML foi feito o exame de corpo de delito e foi comprovada a agressão. O que é mais grave, esses vigilantes seguiram ordens do Diretor do Centro de Especialidades, Renato Marim.

Chamo a atenção aqui, porque me parece que o senhor que está como Diretor de um Centro de Especialidades, esse Sr. Renato Marim, não pode ficar sem pelo

menos uma explicação pública, pela forma como agiu. Ele exigiu a retirada da Diretora do sindicato da sala onde ela estava. O que é mais grave, a Elaine, na verdade, acompanhava uma servidora à perícia médica e foi abordada por esses dois vigilantes. Imediatamente, o Sr. Renato Marim exigiu que a servidora que estava sendo acompanhada pela Elaine saísse da sala. A servidora procurou o sindicato porque precisava de um documento para fazer a perícia.

O diretor do CEM-Marechal se recusou a autorizar a perícia e determinou a expulsão do representante do sindicato do local.

Acredito que é muito grave essa situação. Não lembro de termos, em anos recentes, uma agressão a um Diretor do sindicato, de qualquer sindicato, dentro da dependência de qualquer empresa e muito menos do espaço público, seja ele federal, estadual ou municipal.

O SindSaúde chamou a polícia militar, foi registrado o Boletim de Ocorrências. A Diretoria do sindicato submeteu-se, como já falei, a exames de lesões corporais. Acho que esse intensionamento que é decorrente da recusa em parte do governo de fazer um diálogo que possa contemplar as reivindicações que estão sendo feitas, tanto por servidores, como aquela pauta que o governo tem e que o Deputado Dobrandino, já por algumas vezes, sugeriu caminhar para um entendimento, ainda que aquilo que está sendo pleiteado, se não pode ser atendido na sua totalidade, que possa ser atendido parcialmente. Se não podemos ter 40 horas, porque é esse o entendimento do governo, temos que procurar encontrar um meio termo que possa fortalecer todas as posições.

Acredito, Sr. Presidente, que esse registro é mais um registro que eu lamento ter que fazer, mas é minha obrigação fazê-lo. Acho que não estamos caminhando para que tenhamos uma solução para esse problema. Não estamos caminhando para que as pessoas sintam-se contempladas nessas reivindicações que estão sendo feitas e estamos caminhando, infelizmente, ao que tudo indica, para mais tensionamento e mais tensionamento não irá resolver o problema.

Amanhã teremos, aqui, a assembléia dos servidores da saúde. Amanhã temos, também, um ato nacional para que não tenhamos a derrubada do veto do Presidente na Emenda 13. Então, há uma série de acontecimentos que estão ocorrendo, nestes dias, e acredito que fatos como esse - a agressão de um dirigente sindical dentro do espaço de trabalho - coisa rara, porque já fui dirigente sindical, por mais de 10 anos e nunca ocorreu agressão nas dependências dos bancos aos quais sempre participei, trabalhei.

Acho que essa situação que estamos vivendo hoje, mais uma vez, vem comprovar a dificuldade que estamos tendo em conseguir, minimamente, encontrar um caminho para que fatos como esse não ocorram mais.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Edgar Bueno.

Estamos encaminhando, Sr. Presidente, um requerimento a V. Exa. para apreciação pelo soberano Plenário.

A notícia que está circulando, em algumas cidades do Paraná, é a dificuldade de caixa que muitas prefeituras estão enfrentando. O governo do Presidente Lula está aceitando, em boa hora, no aumento da participação das prefeituras no FPM - Fundo de Participação dos Municípios, o que daria um alívio para muitas prefeituras endividadadas. No entanto, enquanto não se torna realidade, enquanto não há esse aumento de participação das prefeituras nessa receita do FPM, estamos constatando o sofrimento, o martírio, a aflição de muitos Prefeitos, alguns já caminhando para o final do mandato porque já foram reeleitos e, portanto, daqui a 1 ano e meio, não poderão ser candidatos à reeleição e alguns Prefeitos estão caminhando para fechar, de maneira negativa, o seu trabalho como Prefeito. Prefeitos abnegados, com boa vontade. Acredito que quem chega ao cargo de Prefeito chega imbuído da melhor boa vontade no sentido até de ser melhor do que seu antecessor. Acredito que até isso faz parte do instinto humano, que cada pessoa que chega a um cargo vem com a vontade de fazer o melhor, mas muitas vezes, até por dificuldade, por queda de receita, alguns Prefeitos acabam fracassando no seu propósito, no seu ideal, na sua vontade de servir a sua cidade, de fazer grandes obras em seu município, para servir bem à sua comunidade.

O que está acontecendo, Sr. Presidente, é o que os Prefeitos já falaram, outro dia, aqui, na posse da Associação Paranaense dos Municípios, de que por quebra no caixa algumas prefeituras poderão suspender o transporte escolar. Esse alerta tem sido dado e ele se ampliou muito nos últimos dias. Muitos Prefeitos estão comunicando que, se não houver um socorro, vão ter que suspender o transporte de estudantes. Com isso, inevitavelmente, muitas crianças,

adolescentes, jovens que moram na zona rural, que moram distante da primeira escola, tem gente que tem que se locomover 5, 10, 15, 20 até mais quilômetros para chegar à primeira escola, pessoas oriundas principalmente da área rural, filhos de trabalhadores da roça. Fico imaginando que se o transporte de estudantes vier a ser suspenso, como até ocorreu em cidades de porte médio no Paraná, o que vai acontecer com uma grande parcela desses estudantes? A resposta é simples: vão abandonar a sala de aula. O prejuízo para a formação desses jovens será muito grande.

Por isso, estamos encaminhando o requerimento direto ao Governador Roberto Requião - não importa que

ele esteja no Japão, mas voltará e até este requerimento chegar às mãos do Governador, será o tempo suficiente para o Governador estar de volta no cargo - estamos fazendo o apelo ao Governador, para que ele coloque toda a sensibilidade diante de um problema que é grave, porque atinge não uma escola apenas.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Esse problema, Sr. Presidente, atinge praticamente todos os municípios do Paraná. Seria uma calamidade para a educação dos nossos irmãos brasileiros, ver a suspensão do transporte escolar.

Por isso, o nosso apelo é para que o Sr. Governador encampe, através do Governo do Estado do Paraná, esse transporte escolar, tirando essa pesada carga das prefeituras que vivem momentos terríveis de queda de receita; prefeituras endividadadas; Prefeitos não encontrando a porta de saída e que acabarão, no desespero, suspendendo o transporte de escolares.

Daí então, o nosso requerimento. Não tive o voto de nenhum Prefeito do Paraná, fui eleito diretamente pelo povo, mas estou aqui neste momento para defender os Prefeitos. Não importam os partidos, as siglas, as legendas. Venho defender os Prefeitos, venho defender a comunidade de cada município que não pode, de maneira nenhuma, ver a suspensão de um serviço tão importante que é o transporte escolar; que é aquele ônibus que vai lá na porta do sítio. Vai ao patrimônio e pela manhã ou a tarde transporta, leva para a escola e traz de volta para casa, a criança, o adolescente, o jovem, quem sabe pensando no seu futuro, está freqüentando a escola.

Mas, sem transporte escolar, vejam bem, não é problema isolado de 2 ou 3 municípios; é um problema que está se agravando a todo o momento em todo o Paraná. Sem transporte escolar, não tenho dúvidas que irá haver um êxodo, um abandono de milhares de paranaenses que deixarão de frequentar a escola.

E, pensando nessa criança, nesse adolescente, nesse jovem, Sr. Presidente, é que faço desta tribuna esse apelo ao Sr. Governador, ao Secretário da Educação. Não irá pesar quase nada no caixa do governo. Quando vemos o que ele gasta em publicidade por ano, é só diminuir uma pequena fatia e já vai sobrar muito dinheiro para que o próprio estado promova, às suas custas, com o seu dinheiro, o transporte dos nossos estudantes aqui no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Eu comecei uma campanha, aqui na Assembléia Legislativa, de contagem regressiva e vou continuá-la, portanto, faltam a partir de hoje, 34 dias para o governo abrir 38 novos leitos de UTI, na cidade de Ponta Grossa, como o Secretário da Saúde prometeu aos cidadãos ponta-grossenses. Falta apenas 1 dia, para o Secretário Airtton Pissetti vir até a Assembléia Legislativa, para explicar os seus gastos com publicidade nesses 2 últimos anos.

Sras. e Srs. Deputados, diante das denúncias de escândalos na Secretaria da Comunicação, tenho recebido uma série de informações, que estou armazenando para a visita que deverá nos fazer, amanhã, o Secretário Airtton Pissetti. Tenho vários questionamentos a lhe fazer.

No entanto, as notícias que chegam a cada momento extrapolam aquele gigantesco documento, que recebi do Tribunal de Contas do Paraná. Vejo matérias escandalosas “pipocando” por todo o país e sinto-me cada vez mais disposto a dar prosseguimento às investigações. Em uma pequena nota do site Veja On-Line está circulando já há alguns dias, falando claramente dos gastos do governo. O colunista da revista Veja, Diogo Mainardi, em umas das suas notas, fala do revolucionário periódico Hora do Povo. Sr. Presidente, vou transmitir a nota, textualmente.

(Lê):

“Roberto Requião e a Hora do Povo.

O Governador do Paraná, Roberto Requião, recebeu 771 artigos celebratórios no jornal Hora do Povo, ligado ao MR8, principalmente durante a campanha eleitoral. Requião é um grande financiador da imprensa nanica e colaboracionista do Brasil. Mas, curiosamente, nenhum anúncio foi destinado ao jornal em 2006. O Chefe de Gabinete de Requião chama-se Mário Bacelar, e é um dos dirigentes do MR8. Pergunto então: que tipo de gratificação Roberto Requião ofereceu aos seus aduladores da Hora do Povo? Como ele retribui todas aquelas matérias promocionais?

No áudio que compõe o site, o jornalista Diogo Mainardi comenta que o Jornal do Brasil, dia desses, resolveu investigar onde estão os dirigentes do MR8, aquele Movimento Revolucionário do 8 de outubro, que lutou contra o regime militar de 64. E entre eles está o Chefe de Gabinete do Governador Roberto Requião, Mário Bacelar.

O interessante é que o jornalista faz o seu comentário em cima dos benefícios que este jornal Hora do Povo vem recebendo de empresas estatais como PETROBRÁS, Correios, Furnas, Ministério da Saúde e mais recentemente da Caixa Econômica Federal. Destaca o jornalista que esses são brindes do governo Lula para o Hora do Povo. Lembra que em 2006 outro financiador do jornal era o Governador de Pernambuco, o peemedebista Jarbas Vasconcellos e da ALEP - Assembléia Legislativa Pernambucana.

Mainardi diz que pesquisou o nome Roberto Requião no Hora do Povo e encontrou 771 artigos sobre

ele. Há mais artigos sobre Requião do que sobre Orestes Quêrcia, o grande farol do MR8, como destaca o jornalista. E a grande divulgação era durante a campanha eleitoral. O tom dos artigos era: *Milhares de pessoas saem às ruas em apoio a Lula e Requião. Estamos nesta caminhada porque são 2 companheiros que estão mudando a história do Brasil e do Paraná.*”

Muito bem, Sr. Presidente! O jornalista afirma taxativamente que em 2005 e 2006 Roberto Requião gastou R\$ 150 milhões em publicidade.

Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

O Governador Roberto Requião gastou R\$ 150 milhões em publicidade. Os anúncios da Secretaria de Comunicação do Estado, do porto de Paranaguá - e mais adiante os Srs. Deputados vão ficar sabendo que o porto de Paranaguá tem a ver com comunicação - da COPEL e da SANEPAR ajudam a financiar boa parte da imprensa nanica do país e cita publicações como Caros Amigos, Brasil de Fato, reportagem - a revista de Belo Horizonte que recebeu milhares e milhares de reais - Carta Capital, enfim, órgãos que bajulam o Governo do Estado do Paraná. E ele arremata em seu comentário: *Roberto Requião, grande financiador da imprensa nanica, o segundo maior mecenas do jornalismo chapa branca da extrema Esquerda, imediatamente depois de Lula, é claro, não comprou nenhum anunciozinho de canto de página no Hora do Povo em todo o ano eleitoral de 2006, embora o jornal nutrisse por ele e ainda nutre uma veneração comparável apenas com a que nutre por tiranos como Hugo Chávez.* E deixa a pergunta: *Que tipo de gratificação Roberto Requião ofereceu aos seus aduladores do Hora do Povo? Como ele retribui todas aquelas matérias promocionais? Se conseguir nos dar uma resposta a isso, acho que descobriremos como funciona não apenas o Hora do Povo, mas toda a imprensa colaboracionista do Brasil.*

Muito bem, essa é a nota do colunista da revista Veja, Diogo Mainardi. Muito interessante, Srs. Deputados, e chamo a atenção para alguns pontos: coincidência ou não, o privilegiado lá de fora do estado do Paraná é o Hora do Povo, enquanto os privilegiados aqui do estado do Paraná também têm hora no nome. O Governador, no seu discurso de posse, classificou-se como homem de Esquerda. O Governador não subiu ao palanque de Lula na Boca Maldita aqui em Curitiba, pois temia se desgastar naquela ocasião, pois duvidada da vitória do candidato à Presidência.

Hoje, ninguém mais duvida que o que se gastou com propaganda pelo Governo Roberto Requião é realmente um abuso e que não houve qualquer critério técnico. Não sou apenas uma pessoa que constatou que Requião gastou muito e de maneira desordenada. De sorte, caros Deputados, que entendo que estou no caminho certo e os pareceres do Tribunal de Contas do Paraná

completam nossa desconfiança. É preciso dar um basta em tudo isso! Alguma coisa tem que ser feita imediatamente e garanto que continuarei lutando desta tribuna aqui da Assembléia Legislativa do Paraná, para garantir o respeito pelo dinheiro do povo.

Então amanhã, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, às 09h30, estarei preparado para receber o Secretário da Comunicação, Ailton Pissetti - eu e meus companheiros, colegas Parlamentares, que também fazem parte da Comissão de Comunicação - estaremos às 09h30 aqui na Assembléia Legislativa.

Era isso que tinha para falar, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, queria apenas fazer uma questão de ordem a V. Exa, porque não deu tempo de apartear o Deputado Rangel, até porque cheguei agora. O Deputado Rangel disse que estará aqui presente aguardando a vinda do Secretário e eu gostaria de simplificar este convite para sabermos se a presidência poderia nos informar se já há confirmação da presença do Secretário, amanhã, aqui nesta Casa ou não. Sei que talvez V. Exa. não tenha esta informação, neste momento, mas gostaríamos de ter esta informação, antes o final desta Sessão, até para que no dia de amanhã não sejamos pegos de surpresa, e de repente o Secretário chegar aqui e não estarmos, por não termos conhecimento da vida dele ou de repente ele ainda não marcou com esta presidência a visita a esta Casa, e nós estarmos desinformados.

Então, peço a V. Exa. que possa nos informar, até o final desta Sessão, do comparecimento ou não do Secretário da Comunicação a esta Casa, porque este Deputado também gostaria de estar presente, prestigiando a presença do ilustre Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Perfeitamente. Não temos ainda esta informação. Vamos solicitar à nossa assessoria para que providencie esta informação, para ser repassada a V. Exa.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

(Lê):

“Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná tem assistido estarecido o uso inadequado que seu governo vem promovendo na sua emissora de TV oficial.

Ao invés de um veículo de cultura, ou como seu nome sugere, instrumento de educação, a aludida emissora fugiu completamente à finalidade para a qual foi cri-

ada. Foi individualizada. Transformou-se em trincheira do Governador para agredir e denegrir seus oponentes.

Não apenas na “escolinha” das terças-feiras, repetidas à exaustão durante a programação, mas igualmente como veículo de promoção do governo através de anúncios patrocinados pelas empresas estatais, o que é vedado a emissoras não comerciais.

O máximo que a legislação tolera para veículos de comunicação com essa característica é o apoio cultural.

Este assunto que hoje focalizamos é oportuno, no momento em que o já quase ditador venezuelano Hugo Chávez, de quem S. Exa. o Governador do Paraná se diz admirador, anuncia a não renovação do contrato da mais antiga emissora de televisão do país.

O pretexto, que na realidade mascara o amordacamento jornalístico naquele país vizinho, o mesmo que ocorre no Paraná em relação à nossa imprensa, hostilizada pelo atual governo, deixa a impressão de que, se fosse dado ao nosso Governador o poder de legislar sobre a matéria, ele também tiraria do ar aqui, as emissoras comerciais que não compartilham de sua visão política.

No caso venezuelano, Hugo Chávez vai substituir a emissora aberta, sob o protesto de mais de 70% da opinião pública, por uma emissora oficial.

Se vingar o exemplo da nossa TV Educativa, já se imagina o tipo de programação que exibirá.

O lamentável, no caso paranaense, é a apropriação indébita pelo Governador, das rádios e TV Educativa, como se propriedade particular sua fossem.

Neste mandato, depois dos cavalinhos que indevidamente aceita como presentes, o que é vedado pela Lei nº 6174 de 1970, certamente os microfones dessas emissoras são a sua maior diversão. Exercita ali a sua capacidade de comunicador, frustrada em sua juventude quando não seguiu os caminhos trilhados por um Luiz Carlos Martins ou um Renato Gaúcho, e tantos outros que honram a radiofonia paranaense com seus talentos. O que é revoltante é a exclusividade que ele se atribui, na utilização desses veículos que são mantidos com verbas públicas.

Nem sequer a seus inúmeros companheiros de governo, ele que mantém o maior secretariado entre todos os estados brasileiros, o Governador oferece espaço nas emissoras oficiais. A eles só é dado participarem da ‘claque’ que nas ‘escolinhas’ de terça-feira, aplaude, por vezes a contra-gosto quando a veia humorística de Requião, extrapola em piadas grosseiras.

À Oposição e a outro Poder como o Judiciário, nem pensar!

Em resumo, como já percebeu a opinião pública, Requião ‘deita e rola’ nos seus brinquedinhos favoritos.

A lamentar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o Paraná não se espelhar no modelo implantado em São Paulo, através da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, uma emissora de televisão que realmente orgulha os habitantes do vizinho estado.

Ao invés das hoje tristemente famosas transmissões a que a TV daqui se submete, programas do mesmo

nível dos realizados pela TV Cultura poderiam ser produzidos. Valores para isso o cenário artístico paranaense dispõe. Lamentavelmente, sem espaço no veículo que deveriam lhe dar prioridade.

Por essa falta, gente como Letícia Sabatela, Guta Stresser, Luiz Mello, mais modernamente, e Ari Fontoura, Nicete Bruno e Paulo Goulart, anteriormente, e tantos outros valores nossos, viram-se obrigados a migrar para outros centros em busca de oportunidade.

Certamente, se o Governador, ao invés de se apoderar dos veículos, colocasse-os à disposição da classe artística paranaense, receberia também os aplausos da população, não apenas os de seus apadrinhados.”

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do ex-Prefeito de Piraquara, o João Guilherme.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Muito obrigado pela visita a nossa Casa de Leis.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Vereador de Rio Negro, o João Mendes, popularmente conhecido como Vereador Jango, que também está acompanhado do Líder Comunitário, o Ivo Pereira.

Sejam bem-vindos. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas.

Apenas gostaria de formular um convite a todos os Deputados, nesta tarde de hoje. Um convite que fazemos coletivamente em nome da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, por iniciativa da Mesa Executiva da Assembléia. Trata-se de um debate, no dia de amanhã, às 9h da manhã. Um debate com um dos maiores especialistas do mundo na área de crédito de carbono. Esse especialista vem diretamente da Holanda, é o professor-advogado Jean Marie de Backer. E a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia, então, convida todos os Deputados para que, em plenário, possamos debater com esse senhor um dos temas que eu reputo da maior importância para todos nós.

Os empresários do mundo, do nosso país e do Paraná não são diferentes. Se debruçam sobre perguntas que muitas vezes ainda não sabemos responder.

Essa questão dos créditos de carbono, da troca da não emissão de gases dos veículos automotores, das

indústrias e das queimadas por reflorestamento ou por atitudes como o combate aos lixões, realmente tem como prover de recursos àqueles que intentam contra essas atividades poluidoras ou não? O país está certo no rumo que toma no combate ao chamado efeito estufa? E na possibilidade de ganhos empresariais, ambientais, provando que é possível crescer sem destruir, sem poluir?

São essas as questões que eu, os nobres Deputados também, obviamente, os funcionários da Assembléia Legislativa e convidados que são as universidades do Paraná, o IAP, a nossa Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Paraná, a SUDERHSA, o ITC e outros órgãos governamentais ligados diretamente à questão, debatemos amanhã.

A Comissão do Meio Ambiente fez um cartaz que os Deputados já devem ter visto e deixamos, afixamos na Assembléia, também nas universidades, em órgãos governamentais, convidando, portanto, para essa palestra com o Dr. Jean Marie de Backer. É uma iniciativa extraordinariamente importante da Mesa Diretora da Assembléia, da nossa Mesa Executiva, na presidência do nosso companheiro Nelson Justus e também da Comissão de Ecologia, à qual agradeço a oportunidade peço a todos que, na medida do possível, possam estar presentes aqui no dia de amanhã às 9h da manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero até aproveitar, Deputado Cheida, a oportunidade para ratificar o convite. Realmente é muito importante, é uma conquista que conseguimos por acaso, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente de termos amanhã, aqui na Assembléia Legislativa, de passagem por Curitiba, o Dr. Jean Marie de Backer, que é realmente um dos maiores entendedores do assunto e é uma oportunidade ímpar para nós ouvirmos a sua palestra. Amanhã, das 9h às 1h da manhã, teremos esse encontro aqui na Casa e eu ratifico o convite do Deputado Cheida.

Grande Expediente:

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Prezado Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje vamos fazer uma prestação de contas da nossa Audiência Pública lá em Campo Mourão, com a Comissão de Saúde aqui dos Deputados e também de uma visita à Santa Casa. A Audiência Pública foi com os Vereadores.

Então, gostaria de fazer aos senhores e senhoras uma pequena apresentação sobre a visita que os Deputa-

dos da Comissão de Saúde da Assembléia fizeram à Santa Casa de Campo Mourão e também sobre a Audiência Pública que realizamos com as principais lideranças da cidade para discutir os graves problemas que atravessa o hospital Santa Casa de Campo Mourão.

A visita à Santa Casa ocorreu no dia 10 de maio passado. A nosso convite, estiveram na cidade o Presidente da Comissão de Saúde, o Deputado Ney Leprevost, o Deputado Marcelo Rangel, o Deputado Reinhold Stephanes Júnior e o Deputado Rui Hara.

Antes da apresentação eu gostaria de destacar o empenho e a dedicação desses colegas Deputados, que aceitaram o convite para averiguar a situação caótica em que se encontra a saúde pública da região centro-oeste paranaense.

Então, em nome de toda a população dos 25 municípios que formam a comunidade, os municípios da região de Campo Mourão, a COMCAM, Srs. Deputados, muito obrigado mesmo pela presença de vocês junto conosco para discutir as dificuldades na Santa Casa de Campo Mourão.

A realidade que a Comissão de Saúde constatou e que eu vinha alertando desde a campanha eleitoral é grave, aliás, é muito grave, Srs. Deputados. Logo mais eu vou passar algumas fotos para que vocês possam constatar o que fizemos nessa visita.

A saúde pública da região de Campo Mourão está literalmente na UTI e a falta de providências do governo estadual está colocando em risco as vidas dos pacientes que tanto necessitam de atendimento médico na Santa Casa.

E aqui quero deixar claro que o Secretário Cláudio Xavier foi convidado, havia aceitado discutir a situação em Campo Mourão com a população, mas infelizmente não compareceu, o que aumentou a insatisfação com o Governo do Estado, que parece insensível ao problema da nossa Santa Casa de Campo Mourão e toda a região.

A Santa Casa de Campo Mourão também atende os municípios da região, é o principal hospital público lá da região centro-oeste e entre os problemas que ela enfrenta o maior é a falta de recursos. O hospital recebe cerca de R\$ 60 mil por mês do Governo do Estado e segundo os administradores o valor não é sequer suficiente para cobrir as despesas mensais atuais.

Segundo informações do jornal Tribuna do Interior, que é o jornal de Campo Mourão e região, no dia 21 de maio passado o Secretário Cláudio Xavier prometeu elevar o repasse para R\$ 100 e o próprio jornal diz que não foi a primeira vez que o Secretário fez essa promessa, o mesmo anúncio foi feito por ele há quase 3 anos atrás, quando esteve em Campo Mourão para a comemoração do aniversário de 50 anos do hospital. Tem aqui a reportagem com a entrevista do Secretário. Mais uma vez a promessa não foi cumprida e o repasse do governo não teve 1 centavo de aumento!

Para piorar a situação, em 2006, portanto no ano passado, a transferência de recursos chegou a ser sus-

pensa, só sendo retomada por determinação da Justiça. Aqui cabe lembrarmos que em 2002 o então Senador Roberto Requião visitou a cidade, durante a campanha, e se comprometeu a ajudar a resolver os problemas, mas até agora nada fez.

O resultado dessas promessas não cumpridas, desse descaso com o hospital e a população, pode ser visto nas fotos que logo mais vou apresentar aos senhores, às senhoras e à imprensa aqui presente.

Hoje a Santa Casa de Campo Mourão vive uma situação surrealista. Enquanto vários equipamentos caríssimos e UTIs estão desativados, os pacientes estão morrendo, a população não consegue sequer realizar alguns exames, sendo obrigados a procurar hospitais de outros municípios. Os equipamentos foram adquiridos há meses e estão encaixotados, sem uso. Um desperdício, uma falta de respeito com a população carente, sem precedentes! Lembrando, Srs. e Sras. Parlamentares, que os ricos têm plano de saúde, têm como ser atendidos, já os pobres só podem recorrer a Deus e ao SUS e ultimamente têm sido atendidos, quase que exclusivamente, por Deus!

Quero fazer um apelo aqui aos Deputados da base do governo, em especial ao Líder, Luiz Claudio Romanelli, que nos ajude a resolver este grave problema. Não estou falando aqui em Situação ou Oposição e não faço apelo em meu nome também, mas em nome da população, da COMCAM, peço a todos os Deputados que tiverem contato com o Secretário, com o próprio Governador, que intercedam para que aumentem e regularizem os repasses de verbas da Santa Casa.

Vou pedir para o Gilberto, que está nos assessorando na apresentação das imagens que inicie:

(Passa a explicar as imagens)

Aqui, podem observar, aqui uma imagem da Assembléia, os Deputados trabalhando e no fundo tem várias pessoas na galeria, na época falando sobre a questão da saúde, brigando por causa de 2 dias descontados do salário.

Aí a visita na Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, em 10 de maio. Os Deputados da Comissão que puderam estar presentes, Deputados Stephanes, Rui Hara, Ney Leprevost, Marcelo Rangel, eu reforço aqui os agradecimentos em nome de todos os demais Deputados.

Esta foto é lá na Santa Casa. Foi feita uma audiência com lideranças da própria Santa Casa, da comunidade visitando a Santa Casa, onde conversaram com os Deputados. Nesta audiência também participou o Prefeito que é do PMDB.

Aí, um dos médicos fazendo um relato.

Este é um documento oficial que recebemos para que pudessemos conhecer a realidade da Santa Casa.

Os Deputados visitando os pacientes sendo atendidos, mesmo de forma precária, porque hoje a Santa Casa atende 40% do que poderia atender. Podemos ver aí as pessoas hospitalizadas, uma criança sendo atendida pela mãe lá no hospital.

Aí começamos a perceber leitos vazios. Não tem condições de atender ninguém. Quinze leitos nessa situação. Isso é dinheiro público. Enquanto têm pessoas com dificuldade de saúde pública está faltando só dinheiro e mais, o que eu percebo, falta vontade política, porque dinheiro, dizem que tem. Já prometeram e não cumpriram, a Santa Casa não funciona, e não funcionando, é toda aquela região que fica penalizada.

Dentro de um quarto, estão o Deputado Ney Leprevost e o Presidente da Santa Casa. Ele nos mostrou o que tem dentro de um quarto fechado, na Santa Casa. São as UTIs. Os equipamentos parados, guardados num canto, esperando recursos para poderem funcionar, para poderem atender à população.

Depois dessa visita na Santa Casa, para que os Deputados pudessem conhecer a realidade, fomos a uma Audiência Pública com os Vereadores e com a comunidade.

No Poder Legislativo de Campo Mourão, os Vereadores conversando com os Deputados e com a comunidade.

O Presidente instalando a Sessão.

Uma breve foto mostrando o plenário. É pequeno, não coube todo mundo, porque a comunidade estava participando.

Vereadores questionando os Deputados sobre as promessas do governo e que não estão sendo cumpridas.

Lideranças da comunidade. Esse senhor que está na foto, atende no hospital, ele é dono de um hospital, um pronto-socorro em Campo Mourão, reclamando que se a Santa Casa não funcionar, ele não tem condições de atender aos doentes, porque sobrecarrega o hospital dele.

Aqui, a comunidade participando. Não tem espaço para a comunidade participar, tamanho é o interesse nesse assunto.

Esse é o Dr. Virgílio, que é o representante do Secretário Estadual da Saúde, que foi lá fazer o possível e até ele ficou com dificuldade para se explicar, porque quem teria que estar lá seria o Secretário da Saúde, que não foi.

O Presidente da Associação Comercial de Campo Mourão, também relatando as dificuldades.

Lideranças comunitárias envolvidas com a Santa Casa, discutindo com os Deputados e com os Vereadores e questionando por que a Santa Casa tem que ficar anos e anos esperando, pedindo ajuda, pedindo ajuda e não consegue. Aqui, os Deputados respondendo os questionamentos. Deputados Marcelo Rangel, Rui Hara, a comunidade. Liderança da comunidade, primeiro provedor da Santa Casa, Dr. João Teodoro. Deputado Ney Leprevost.

Então, Srs. Deputados, concedo aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Douglas Fabrício, apenas para parabenizar V. Exa. e dizer que a região central do Paraná tem

Campo Mourão como município pólo dessa grande área do Paraná. Essa região está muito bem representada por uma pessoa digna, competente, como o Deputado Douglas Fabrício, que tem batalhado permanentemente não apenas pelos problemas da área de saúde, pelos problemas de segurança, problemas sociais.

Faço desse seu pronunciamento, o registro, com louvor, o reconhecimento como seu colega de Parlamento, por essa sua atuação e diria, uma grata surpresa para todos nós, a vinda de V. Exa. como Deputado. Quero crer que é uma surpresa das mais agradáveis, porque está mostrando o seu talento, o seu idealismo, a sua vontade de servir o Paraná e, muito especialmente, Campo Mourão e região.

Parabéns ao povo daquela região, a quem votou e até a quem não votou, porque agora V. Exa. é representante de todos. V. Exa. está sendo brilhante nesse seu trabalho, nessa defesa intransigente dos altos interesses da população de Campo Mourão e região.

Parabéns, também, aos integrantes da Comissão de Saúde, que acompanharam V. Exa. nesse trabalho de constatação desses graves problemas de saúde, que envolvem Campo Mourão e região e que precisam ser atendidos, começando por essa ajuda que V. Exa. está defendendo aqui, começando pela própria Santa Casa de Campo Mourão.

Parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRICIO (PPS)

Obrigado, Deputado Belinati.

Como V. Exa. falou há pouco, defendendo aqui todos os Prefeitos do Paraná, na questão do transporte escolar. Ouvi atentamente o vosso pronunciamento, também não tive na época da campanha apoio de Prefeito, de nenhum Prefeito, porque respeitei o compromisso que eles tinham com outras pessoas, mas agora a nossa bandeira não é Oposição ou Situação, a bandeira é defender os interesses da população. Saúde pública, a Constituição reza isso: é responsabilidade do governo. O povo paga imposto, precisa de ajuda. Saúde pública trata da vida das pessoas.

Aqueles leitos que vimos, que estão desativados, é por falta de vontade política.

Concedo o aparte do Dr. Rui Hara que também esteve conosco lá em Campo Mourão.

O Sr. Rui Hara (PSDB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Douglas Fabrício.

Primeiramente queria parabenizar V. Exa. por ter levado o grupo da Comissão de Saúde para a sua cidade, para a sua região, e poderemos ver *in loco*, realmente, quais são as grandes dificuldades que vive Campo Mourão, hoje, com a possibilidade do fechamento da sua Santa Casa.

Uma coisa que não foi destacada aqui, os outros Deputados devem saber, que a Santa Casa dos 25 municípios da região da COMCAM é a única que faz o trabalho

na área de obstetrícia. Então, todas as gestantes desses 25 municípios se dirigem à Santa Casa para terem os seus filhos e é um centro de referência, principalmente por que ali também temos a UTI pediátrica. Principalmente as mães com gravidez de risco, com eclampsia e outros problemas que possam advir do parto, o parto prematuro, hoje há uma necessidade realmente premente que esse hospital continue fazendo a sua função, que é atender não só a cidade de Campo Mourão, mas também todos os 25 municípios da região.

É uma pena muito grande vermos um hospital, com a dimensão com a capacidade e com o corpo médico que tem, porque às vezes é difícil aliarmos a questão física de um hospital, com o corpo clínico, e a Santa Casa de Campo Mourão, hoje, tem um corpo clínico, que pode perfeitamente atender e colocar em atividade 100% do hospital. Isso é uma pena bastante grande. Vocês viram nas fotos, equipamentos de UTI de adultos fechados em uma sala, com condições de imediatamente oferecer mais 8 leitos à comunidade. Hoje vemos esta questão da saúde, qual a importância que tem?

Estamos realmente a um passo do colapso total na área de saúde. Acho muito importante, já coloquei, a Deputada Rosane colocou também, a situação do hospital de Araucária, que não é muito diferente de outros hospitais que já visitamos também, a Maternidade de São José dos Pinhais, estiveram também em Ponta Grossa, então é a situação mais ou menos generalizada da saúde.

Acho que a Assembléia Legislativa tem sim, obrigação, realmente, de levantarmos a voz contra essa situação que está hoje na saúde. Que possamos, de alguma forma, fazer eco também em Brasília e que possamos trazer um novo alento para a questão da saúde.

Parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Rui Hara. É muito importante quando o Deputado Rui Hara se manifesta, não só pelo fato de ele ter ido conhecer a realidade, mas ele é médico, então ele conhece também não só o lado político, o lado do administrador, ele conhece a parte técnica, e mais ainda, ele é dono de hospital, ele sabe as dificuldades que têm a saúde pública. Por isso, que ele fala em falar com o governo federal. Acho que precisava quase que fazer pedido para o Presidente Lula, que está aqui no Paraná, que pudesse dar uma passadinha lá. Ou o Governador Requião, quando ele voltar da viagem do Japão, que pudesse ir a Campo Mourão visitar a Santa Casa, conhecer a realidade, porque temos dificuldades de toda a ordem.

Na Santa Casa de Goioerê estiveram também conosco lá, no dia, os seus dirigentes, pedindo ajuda. Então, visitei também a Santa Casa de Ponta Grossa e tenho percebido que na saúde é gravíssimo o problema, vejo os funcionários da saúde reclamando por questões de dias, sendo descontados seus dias, e tento convencer o Secretário da Saúde a ir a Campo Mourão, ele não vai.

Tinha assumido o compromisso comigo e não foi. Aí, vejo a reportagem no jornal da região que ele foi lá e prometeu dinheiro. Não mandou. Então, estamos numa situação muito difícil.

Não quero fazer aqui um discurso de Situação ou de Oposição. Nesta comissão havia Deputados de Situação e de Oposição. Mas, é muito importante para a nossa região, Sr. Presidente. Peço também a ajuda do senhor, que converse com o Secretário, converse com o Governador. Eu sei que há Deputados aqui que fizeram bastante votos na região, e lá tem voto não só para o Douglas, que se elegeu, há vários outros que fizeram votos. O próprio Deputado Alexandre Curi, o Deputado Kielse também fez campanha lá. Mas, acho que temos que pensar em saúde pública não enquanto campanha, mas pensar que o Secretário tem que tomar uma providência.

Eu me preocupei muito com esta questão, porque quem está perdendo com isto é o próprio governo. Nós vimos denúncias, aqui, com relação à questão da imprensa, denúncias em vários outros itens e isto aqui é grave. É uma denúncia. A população está precisando de ajuda.

Quero encarecidamente, ao terminar nossa manifestação, agradecer mais uma vez aos Deputados que estiveram conosco: Marcelo Rangel, Ney Leprevost...

Concedo aparte ao Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Só para fazer um comentário a respeito desta visita que fizemos. Mas, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Aquilo que vi na cidade a respeito da área de saúde foi muito importante. Só quero fazer um parêntese antes de entrar, propriamente, no assunto e dizer que V. Exa. vai ainda muito longe na vida pública, pela maneira que conduz sua atividade parlamentar.

Agora, acho que a Casa tem que somar a este assunto do Douglas, porque a região precisa da recuperação da Santa Casa. A Santa Casa, hoje, tem uma área estrutural muito boa, tem convênios já a nível de estado e a nível federal muito bons. O que falta, realmente, é um aporte significativo de recursos para colocá-lo rodando e com estas outras cirurgias que vamos poder vir a fazer, se recuperarmos a UTI de adultos. Ela vai, na realidade, sobressair novamente e financeiramente se recuperar.

Agora, a região obrigou a Santa Casa a ir para o procedimento de baixo custo, porque ela é o único hospital, hoje, conveniado ao SUS, que faz partos na região. E com isto acabou deixando a situação muito delicada. São 400 mil pessoas na região que utilizam a Santa Casa. É um hospital regional. É hoje, na realidade, o hospital da região. Seria importante conversarmos com o Secretário Cláudio Xavier e com o Governador, para realmente ajudar a Santa Casa, que precisa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço, Deputado, pela sua visita. E o senhor, inclusive, que faz parte da base do governo, percebeu que

lá o foco não é política, é saúde pública, e que o governo pode ser um grande parceiro para ajudar a Santa Casa. Esta é a expectativa que temos há 3 anos.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Muito obrigado, Deputado Douglas Fabrício.

Queria cumprimentar V. Exa. pelo trabalho e dizer que o que nos arrepia, Deputado, é vermos leitos de UTI parados em pólos regionais da saúde no estado do Paraná. Quando falta um leito de UTI em Campo Mourão, esse leito, essa pessoa é geralmente levada para uma outra região, quando se tem UTI móvel para transportar ou quando dá tempo de utilizar as UTIs. Recentemente, em Ponta Grossa, o Governador disse que se UTIs salvassem vidas, ele colocaria uma UTI no Cangüiri. Ele deveria colocar no Cangüiri, no Palácio das Araucárias, no carro dele e até, de preferência, em cima dos cavalos dele, também, porque uma UTI salva vidas, sim.

Estou com o jornal de Ponta Grossa, hoje, que mostra o pequeno Caíque, um garoto de 7 anos, morador de um bairro pobre e humilde de Ponta Grossa, garoto aquele que vem da Carta de Puebla, garoto simples, sem pai, a mãe trabalha de bóia-fria. Esse garoto, diz na manchete do jornal, hoje: *Salvo por UTI, Caíque já está em casa!* O médico do Hospital Vita, aqui em Curitiba, faz o diagnóstico: o garoto teve meningite viral e só viveu por causa da UTI. Então, é preciso rever alguns conceitos quanto à UTI.

Gostaria de dar uma sugestão a V. Exa.: a Comissão de Saúde precisa fiscalizar o extinto Instituto de Saúde do Paraná. A Comissão de Saúde, a qual o nosso Presidente está aqui, Ney Leprevost, é preciso, imediatamente, conferir o que foi gasto, onde foi gasto e com quem foi gasto dinheiro. Verdadeiros absurdos foram feitos no Instituto de Saúde do Paraná e a prova disso, Deputado Douglas, é que o Governo, de forma rápida, pediu a extinção do Instituto de Saúde do Estado do Paraná.

Eu vejo o Deputado Marcelo Rangel falar muito sobre publicidade. Acho que o buraco no Instituto de Saúde é muito maior do que o esquema de publicidade. Então, quero aproveitar e dizer aos senhores: no Instituto de Saúde do Paraná tem coisa mais “cabeluda” que a questão envolvendo a publicidade. Lá tem um monte de coisa sem licitação, tem remédio que foi comprado de forma estranha, tem de tudo e todos, a ponto de o Governador proibir a compra de remédios porque não confia no Cláudio Xavier.

Volto a insistir aos senhores da Comissão de Saúde: peçam para abrir a caixa preta da saúde. Instituto de Saúde: aí está o dinheiro que não tem para pagar a vida de crianças neste estado do Paraná, que morreram na covardia de algumas pessoas.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o aparte, Deputado Jocelito Canto. Tenho percebido o quanto o senhor tem se empenhado

para ajudar as pessoas na questão da saúde pública. O nosso papel como Deputados é exatamente este: pegar, relatar a situação que encontramos em Campo Mourão, para que todos os Deputados, com a força que têm, possam ajudar a cobrar do Governador e do Secretário.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Douglas Fabrício, em primeiro lugar, quero testemunhar, aqui, perante os demais Parlamentares, o seu prestígio no município de Campo Mourão. Os Deputados Rui Hara, Marcelo Rangel, Stephanes Júnior e eu estivemos lá, a seu convite, e participamos não só de uma visita à Santa Casa de Misericórdia, mas, também, de uma visita à Câmara Municipal, onde o senhor promoveu uma reunião com as principais lideranças de toda região de Campo Mourão.

Quero dizer que, realmente, a questão é constrangedora na Santa Casa de Campo Mourão. É uma Santa Casa que tem profissionais, médicos de excelência. É uma Santa Casa que tem uma área física bastante satisfatória, eu diria até grande e bem cuidada. Está bonita a Santa Casa de Campo Mourão. A Santa Casa tem os equipamentos que são necessários para o funcionamento de uma UTI, só que lamentavelmente, por falta de recursos, a Santa Casa está atendendo apenas a parte de pediatria, a UTI pediátrica.

Então, o que gostaria mesmo, e talvez esta Casa através da Mesa Executiva pudesse fazer um convite, era para que o Governador Roberto Requião fosse visitar a Santa Casa de Campo Mourão. Se o Governador entrar naquele espaço que está reservado para as UTIs e perceber que existe equipamento, que existe espaço físico, que existe boa vontade, médicos capacitados no município, talvez ele chegue à conclusão de que só mesmo por muita incompetência das pessoas que o assessoram na área de saúde, a saúde pública do Paraná esteja hoje esta vergonha que está. Acredito que se o Governador entrar na Santa Casa de Campo Mourão, ele coloca para funcionar aquela UTI e resolve o problema de boa parte da região, porque realmente está tudo pronto lá. A bola está na boca do gol, é só chutar, marcar o gol e partir para o abraço.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para finalizar, Sr. Presidente, agradecer muito os Deputados que lá estiveram conosco e pedir mais uma vez a ajuda do Presidente da Casa para que posamos levar o Governador do Paraná até lá. Que do Secretário já ouvimos promessas há 3 anos atrás. Está faltando dinheiro, a Santa Casa está parando, tem gente morrendo e precisamos de ajuda dos Deputados para que possamos solucionar este problema.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, tenho ouvido variados e vários pronunciamentos aqui.

Então, o que se nota é o seguinte: parece que governar é a coisa mais fácil do mundo. Tudo se quer exigir do governo. Por exemplo: o Deputado Elio Rusch fez vários pronunciamentos aqui nesta Casa, preocupadíssimo com a possibilidade que o povo do Paraná tinha de pagar R\$ 50 mil por dia, numa multa que tinha sido estabelecida se não houvesse a desocupação da multinacional Syngenta. Aliás, essa multinacional deveria até ter a mudança de nome, Sr. Presidente. Ao invés de Syngenta, acho que ficaria melhor se chamar de Cinzenta, porque, admiro, pena que o nosso Líder do Governo não tenha muita predisposição para ouvir determinados pronunciamentos.

Então, aqui se exige tantas e tantas coisas do Governo do Estado. Por exemplo, o Deputado Belinati vai à tribuna e quer que se antecipe para o mês de janeiro, se possível até do ano passado, o aumento que se deu através do projeto de lei mandado pelo Requião e aprovado por esta Casa.

Aí vem o Deputado Mauro Moraes, que quer que se estenda determinado aumento, não sei para quem. Todos querem que haja esses aumentos, que não são cabíveis e não são possíveis.

Fico a pensar aqui: será que esse pessoal sabe que estamos no planeta Terra, que está sendo destruído por nós mesmos, todos os dias? Eu, há 40 anos atrás, falava de ecologia e de defesa das matas, dos rios, do ar e ninguém prestava atenção nisso. Mas hoje está aí.

A mesma coisa, Deputado Dobrandino, eu estava lá na minha modéstia combatendo a ditadura militar e via o acumplicimento de tantos e tantos com o regime discricionário. Ao passar do tempo, aqueles que ficaram ali, ombro a ombro com a ditadura militar, agora são aqueles que defenderam a liberdade de imprensa, que defenderam a União Nacional dos Estudantes. Foram eles que defenderam uma posição que não fosse de apoio à tortura, que se impôs ao povo brasileiro, com políticas antipopulares e, na prática, com o assassinato e prisão de tantos e tantos.

Então, Deputado Elio Rusch, quero emitir uma opinião: fica melhor V. Exa. falando por si mesmo do que lendo esse discursos - não sei quem está lhe escrevendo. Por exemplo, ao defender da tribuna aquilo poderia existir na sua visão de preocupação, com o pagamento de 50

mil por dia, eu gostaria que V. Exa. tivesse também falado da preocupação, com o pagamento que estamos fazendo já há 5 anos e, nos dias de hoje, de 1 milhão e 830 mil reais, por dia, e pagaremos nos próximos 26 anos aquela roubalheira, que foi praticada aqui no Paraná, através da venda do BANESTADO, um banco de fomento que foi destruído.

V. Exas. falaram tanto e tanto. Lembro-me do dramaturgo italiano Pirandello: *Assim é, se assim lhe parece*. É preciso que todos nós entendamos, que cada um vê as coisas de acordo com a sua visão própria. As Santas Casas estão aí, mas compete ao governo resolver o problema da Santa Casa de Ponta Grossa, de Arapongas, de Campo Mourão?

Outro dia eu ouvi as reclamações do Deputado Traiano, que está tendo dificuldades em sua empresa. Mas os capitalistas são assim mesmo, na hora do bom-bom, tudo para nós, e quando entra a competição, eles vêm reclamar. Mas eles não aplaudiram o Collor que abriu as fronteiras do país, colocando em uma luta inglória o pequeno empresariado nacional, no confronto com os empresários internacionais? É o jogo selvagem do capitalismo, sim. As coisas estão aí dessa maneira.

Pensa-se que nós, aqui no Paraná, que somos nos 3 primeiros meses o estado que ficou em 1º lugar no crescimento industrial, investimentos generosos foram feitos em todos os cantos deste Paraná e em todas as atividades humanas. Estava falando com o Deputado Cheida agora há pouco: Cheida, faça-me em um átimo de tempo, em um resumo: a saúde do Paraná, hoje, é melhor ou é pior do que aquela que existia?

O Cheida falou assim: “muito melhor, Waldyr!”. Então, Sr. Presidente, estamos avançando, mas não tem condições de o Governo do Paraná implantar aqui o paraíso terrestre. Não tem jeito! Temos uma realidade objetiva que precisa ser respeitada. Aí venho e ouço todos os dias o ataque ao Governador, porque ele teria similaridades com o Governo venezuelano. Olha, pela primeira vez a Venezuela tem um dirigente popular, alguém que não se agachou àqueles que quiseram tirá-lo do poder, porque aqui no país, nós, através da maior parte da população brasileira, nos agachamos quando os americanos vieram aqui e depuseram o governo legítimo do João Goulart. Ninguém falou nada! Fomos subservientes! Agora estranhemos, mas eu não estranho, porque fiz na minha juventude a campanha “O Petróleo é Nosso” pela criação da PETROBRAS e agora ficamos horrorizados porque surgiu alguém na Bolívia que está interpretando o sentimento da maioria do povo boliviano. Olha, quando falávamos aqui diante dos americanos. “O Petróleo é Nosso”, na realidade aplaudo quando os bolivianos dizem lá que o petróleo da Bolívia é deles. Seria uma incoerência eu ter uma atividade nacionalista aqui no país e depois ficar contra o nacionalismo, a defesa dos interesses públicos do Equador, de Cuba, da Venezuela e da Bolívia.

Não, não é assim! As pessoas evoluem! Sarkozy, que acabou de derrotar a Esquerda - porque os europeus sabem que existe Esquerda e Direita, a não ser aqui alguns que acham que as ideologias morreram - o Sarkozy está fazendo o quê? Ele está empunhando a bandeira da ecologia, está batendo de frente com o Presidente Bush e vocês vão ver no caminhar da carruagem, porque ele é um homem que está no século XXI e olhando lá na frente, mas não se esquece daquilo que foi feito e não se esquece daquilo que não foi feito, ele aspira para as coisas que poderão ser feitas.

Agora aqui, Sr. Presidente, a Syngenta não teve uma vitória que pudesse ser repercutida - pelo menos por hora - aqui nesta Casa, porque o Tribunal de Justiça suspendeu aquela multa que tinha sido aplicada, de R\$ 50 mil por dia se não houvesse a desocupação dessa área, dessa multinacional. Então, não existe a multa, essa questão está reaberta e eu gostaria que todos se preocupassem com aquilo que existe no Governo do Estado de bom e daquilo que precisamos, como herança, continuar honrando.

Sr. Presidente, outra questão. O jornal O Estado do Paraná diz aqui: Oposição não derrota Governo no Tribunal de Justiça. É aquilo que estava falando, que não adianta você querer implantar o Éden aqui na Terra, porque a nossa realidade é essa que vocês conhecem. Quantos milhões de analfabetos nós temos? Quantos? Então, os cargos que, através da lei, poderão ser transformados, modificados, eles não agrirem. Segundo aquilo que já sabemos, não havendo aumento de despesas, essa questão não se torna inconstitucional. Existe lá de 2001 a Emenda 20 à Constituição que possibilita essa ação dos governos de estado. Mas, eu queria dizer, em síntese, como seria bom se nós tivéssemos, na hora apropriada, puxado para nós aquilo que é bom e depois, a dificuldade, nós deixássemos para os outros, porque é assim: o Governo precisa se demitir, segundo aqueles que não comungam com os mesmos ideais deste orador, eles querem que o Governo se demita da sua obrigação de governar, eles querem que o Governo não administre, por exemplo, empresas que são estratégicas para o desenvolvimento do estado e do país. Mas, dali a pouco estão todos correndo atrás do Governo como correm agora com o lançamento do PAC Nacional para ver se levam vantagens. A corrupção está aí, mais uma vez, à mostra de todos nós brasileiros.

Então, a radiografia está feita. Alguns não querem ver as coisas que existem e outros estão vendo, mas têm a condição correta de saber aquilo que se pode e aquilo que não se pode fazer. Há necessidade de uma análise para poder mudar as coisas que são possíveis de serem mudadas, mas é preciso que tenhamos coragem para fazer isso. Mas aí é preciso que tenhamos também sabedoria para entender que têm coisas que não andam na velocidade que todos esperávamos ou que fosse possível se dar essa velocidade à resolução daquilo que está em nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PTB: com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu iria pedir a atenção do Deputado Romanelli, mas como ele não atendeu nem o maior Líder do PMDB, que é o Deputado Waldyr Pugliesi, eu não vou nem pedir, porque se o Deputado Waldyr Pugliesi, que é um dos mais importantes homens do PMDB, não conseguiu a atenção, passou todo o espaço de 10 minutos, mais 5 de tolerância que o Presidente deu, e o Deputado Romanelli continua na mídia, então vamos falar com os outros Deputados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou preocupado com alguns fatos, Deputado Welter, que temos visto acontecer aqui no Paraná. Preocupado quando se abre o jornal como hoje e se vê que o estado do Paraná diz que há suspeitas de irregularidades no porto: contratos aprovados por Itauro, no TSE, teriam sido impugnados pelo próprio Tribunal em 2003. Deputado Pedro Ivo, V. Exa. que já foi Prefeito; Deputado Péricles, suas contas estão em análise no Tribunal de Contas do Estado; vejam que pérola: o Coordenador, o dirigente maior do porto de Paranaguá concedeu o aumento de algumas empresas, até empresas gigantescas sem fazer licitação. Você imagine se o Péricles de Mello faz um contrato sem licitação, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, todo mundo vai fiscalizar.

Aqui, o Chefe da Casa Civil, hoje, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, segundo o jornal diz hoje, cometeu um erro e aprovou algo errado feito pelo porto de Paranaguá, mas só vai ficar manchete, amanhã sai a manchete e não sobra poeira sobre poeira.

Aí, Deputado Rossoni, falamos da PAVIBRAS - V. Exa. provou aqui que há erros da PAVIBRAS, erros, para não falar outra palavra, para não falar outra palavra que o Deputado Waldyr Pugliesi pronunciou nesta mesma tribuna referente ao BANESTADO. Nada. Não há o que fiscalizar. Não dá para fiscalizar.

Comunicação, o Deputado Marcelo Rangel falou, Instituto de Saúde, foi extinto, extinto rapidinho. Ainda tivemos mais uma extinção a nível de estado muito rapidamente nesta Casa e que poucos prestaram atenção que é uma autarquia do estado na questão da educação - também foi extinta rapidamente. Tivemos o episódio das televisões, tão falado, e que até agora, imagine se o Prefeito compra televisores como foi comprado pelo governo - imagine os senhores que um assessor de um Coordenador, de um Comandante de uma Secretaria ganha mais que um Secretário de Estado e assim vai. Mas fazer o quê? Pedido de informação, é lei, não passa mais. CPI, nem a Oposição quer fazer mais. Por que a Oposi-

ção não quer fazer CPI? Não adianta! Para que CPI, Deputado Tadeu Veneri? Não adianta! Não adianta CPI!

Então, tudo isto acontecendo e nós vemos lá em Campo Mourão, o Deputado Douglas Fabrício traz a esta Casa leitos de UTI parados, leitos de UTI que salvam vidas, sim, parados, porque alguém não mandou os recursos que precisavam ser mandados para a Santa casa de Campo Mourão. Mas se o equipamento está lá, é só repassar os recursos, por que não repassaram? Não precisa! UTI não salva vidas!

Aqui está o jornal de Ponta Grossa hoje: garotinho de 7 anos salvo por uma UTI, uma UTI particular, provando-se que quando a saúde quer, se consegue salvar vidas.

E quem sabe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quantas vidas poderiam ter sido salvas se tivessem o atendimento que teve este menino: a rapidez, a eficiência e acima de tudo dinheiro, dinheiro!

Mas eu me contento com a alegria do menino de estar vivo. Não me submeto ao que pensam alguns dirigentes da saúde que estão equivocados e colocados de forma política em alguns segmentos do governo e o nosso Governador fala tanto em biografia. Quando estamos na política estamos escrevendo a nossa biografia! A biografia do nosso Governador é uma biografia bonita, em alguns aspectos. É uma biografia diferenciada, é uma biografia de um homem que chega a 3ª vez como Governador eleito pelo povo do Paraná! Essa biografia há de ser respeitada por aqueles que fazem parte do Governo, de se respeitar a vontade do povo que assim o elegeu! Eleger biografias é não esculhambar a biografia de alguém, mas principalmente quem é dono de sua biografia entender que alguns que fazem parte do governo não fazem parte da sua biografia!

Então, Sr. Presidente, encerro trazendo a alegria do menino, o menino foi salvo! Foi salvo, Sr. Presidente, não com o dinheiro do Jocelito, não com o dinheiro da Garagem da Esperança, foi salvo com o dinheiro público, porque nós conseguimos este dinheiro para pagar a internação do garoto com o que restava do pouquinho do nosso salário, através de um empréstimo que fizemos. Mas valeu a pena, o garoto está vivo e a Carta de Puebla, pelo menos do meu lado, da minha parte, está salva! Do outro lado não sei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas - Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Waldyr Pugliesi, eu iria falar sobre Itaipu e vou falar sobre Itaipu, mas antes devo fazer con-

siderações em relação a algumas palavras ditas por V. Exas.. Sobre a Syngenta, independente se ela é multinacional ou não. Se tem uma coisa que é sagrada em cada pessoa é o direito à propriedade. A Syngenta não é uma fazenda de produção, é uma área de pesquisa.

Eu disse na semana passada, Deputado Waldyr Pugliesi, que eu não gostaria de usar esta tribuna esta semana para discorrer sobre as multas que o Estado teria que pagar, não gostaria. Infelizmente o Governo do Estado entra com uma ação quando a Justiça determina a reintegração de posse. O Governo do Estado não fez a reintegração de posse, os invasores saíram da área, depois voltaram graças a um decreto do Governador que foi considerado inconstitucional, desapropriando aquela área! Syngenta é uma empresa que existe hoje quase no mundo inteiro. O IAPAR e a EMBRAPA não conseguem fazer a pesquisa necessária para que o nosso agricultor consiga reduzir o custo da sua produção. As empresas privadas, as cooperativas investem na pesquisa, na ciência e na tecnologia, mas sobre esse assunto, Deputado Waldyr Pugliesi, vamos falar durante a semana e na semana que vem, com toda certeza, a justiça será restabelecida e que as reintegrações de posse sejam feitas.

V. Exa. falou dos R\$ 50 mil de multa que o estado devia pagar. Deputado Waldyr Pugliesi, só existe uma coisa no mundo que confirma os atos de uma pessoa, não outra, se não o tempo. O tempo se encarrega de confirmar a veracidade ou de desmentir as pessoas.

Pois bem, nós vamos ver, num futuro não muito distante, tomara que eu esteja errado, do passivo e das indenizações que o Governo do Estado, o estado do Paraná e, por extensão, os paranaenses, devem pagar para as empresas que foram prejudicadas pelo rompimento unilateral dos contratos por parte do Governo do Estado. São inúmeras as indenizações que existem hoje tramitando na Justiça. As invasões de terras no Paraná, com reintegração de posse já concedidas, e o Governo não as cumpre. Com toda a certeza, os seus proprietários deverão de acionara a Justiça e responsabilizar o Governo pelo não cumprimento das reintegrações de posse e não cabe outra sentença na Justiça, senão ceder às indenizações para seus legítimos proprietários. Só o futuro dirá isso para nós.

Quando V. Exas. fala de Governos passados, e eu queria dizer mais, um dos motivos que nós, aqui na Casa, no ano passado aprovamos, quase R\$ 600 milhões que o Paraná pagou e comprou as ações da UEG - Termelétrica de Araucária, que viria de graça para Paraná, depois de 20 vinte anos. As empresas recorreram à Câmara Arbitral e estava sendo julgado em Paris, na França, com uma condenação de US\$ 850 milhões para o Paraná, pelo rompimento unilateral do contrato feito pelo Governo do Estado. Para que nós não precisássemos pagar US\$ 850 milhões, nós pagamos e a COPEL e o Governo do Estado pagam 600 milhões para comprar essas ações que vinham de graça para nós. Por que isso? Porque houve a bravata

do Governador Roberto Requião. Essa é uma das ações e tantas outras poderão vir mais.

Mas eu disse, Deputado Waldyr Pugliesi, que nós iríamos falar sobre esse assunto em outros momentos e em outras oportunidades. Enquanto uns criticam Governos passados, outros defendem. Eu sempre disse que eu quero o bem do nosso estado, porque se o estado vai bem, nós, paranaenses vamos melhor. Enquanto criticamos governos passados, os grandes órgãos de imprensa, por exemplo, o New York Times, dos Estados Unidos, na última semana, faz uma publicação de 6 páginas na sua revista, enaltecendo Curitiba. Aliás, os jornais trazem hoje, estampados, que Curitiba é um modelo de vida. Tem uma área industrial adequada, existe uma urbanização, existe um transporte coletivo, os parques, ruas para pedestres e tantas outras coisas mais e nós, muitas vezes, não queremos reconhecer isso.

Eu disse que só há uma coisa que confirma os nossos atos, o tempo. Mas, antes de eu entrar no assunto Itaipu eu cedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Democratas)

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, como ouvi o pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi.

A verdade é uma: o regime militar se foi há mais de 25 anos no nosso país. A evolução veio. Governos assumiram o nosso país, o nosso estado do Paraná e hoje vemos a Esquerda, tão combatida no regime militar, governando o nosso país, e aqui no Paraná, o Governador Requião se intitulando um homem de Esquerda, governando o nosso estado do Paraná. Na verdade, eles foram eleitos, em especial aqui no nosso estado, criticando governo anteriores, falando sobre a questão da saúde no estado do Paraná, que era um caos no Governo anterior, que faltavam investimentos e hoje vemos vários Parlamentares levantando a questão da dificuldade da carência que está a saúde pública no nosso estado do Paraná.

Vimos lá no passado, a crítica a segurança pública, que o governo anterior não investia na segurança pública. Tanta crítica fizeram e hoje está pior do que no Governo anterior e pior que no outro Governo, faltam investimentos.

Ouvíamos a crítica do pedágio, Deputado Elio Rusch: "Pedágio baixa ou acaba! O pedágio é uma barbáridade! Vou assumir e acabar no primeiro dia."

Ganharam a eleição, já se foi o Governo, não acabaram, não baixaram. Agora estamos num outro Governo. Estamos vendo o governo federal cruzar as rodovias paranaenses implantando um novo pedágio.

Na verdade, o que vemos é muita conversa e pouca ação. Sem falar nas irregularidades que começam a ser denunciadas no nosso estado do Paraná. Vamos lá, no porto de Paranaguá, pois está no Estado do Paraná, o Deputado Jocelito Canto, daquela tribuna, fala das irregularidades encontradas no porto de Paranaguá. Vamos falar das compras dos televisores, 20 mil televisores, denúncias de superfaturamento. A PAVIBRAS, da SANEPAR, superfaturou de R\$ 49 milhões, para R\$ 120 milhões. Não acabaram a

obra e falta mais de R\$ 40 milhões. Eles pedem para concluir a obra de saneamento no litoral do Paraná. A verba da comunicação. A folia, sendo trazida à tona da festa da publicidade que foi feita pelo atual Governador. Sem falarmos da contratação dos seguros que a SANEPAR fez para várias obras, que o Deputado Valdir Rossoni tanto aqui falou. A farra da TV Educativa, que virou o órgão oficial de divulgação de um lado só, feita pelo Governo do Estado do Paraná, pelo Governador.

Na verdade, é muito papo! Tem que governar, sim. Não adianta administrar pelo retrovisor, olhando para trás. Tem que administrar olhando para frente e fazendo aquilo que prometeram e, que pouca coisa está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Agradeço, Deputado Plauto. Queria falar mesmo sobre a Itaipu Binacional.

Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados. Ontem o Brasil inteiro, talvez o mundo inteiro tenham assistido a inauguração das duas últimas turbinas da maior hidrelétrica do mundo.

Quando falo de Itaipu, posso falar com conhecimento. Vi nascer Itaipu, porque a minha cidade, Marechal Cândido Rondon e toda a nossa região, perderam muitas terras. Na verdade, a Itaipu começou com a ata de Itaipu, de 1966. Depois, em 1970, foi constituído o consórcio. Em 1971 foi feito um consórcio. Em 1973 se assinou o tratado de Itaipu entre o Presidente Stroessner do Paraguai e o Presidente Emílio Garrastazu Médici e, depois, iniciaram as obras.

Mas por que estou citando alguns exemplos e algumas datas? Deputado Elton Welter - V. Exa. esteve presente em Foz do Iguaçu - só existe uma coisa no mundo que confirma os atos de cada pessoa: o tempo.

Vejam a curiosidade. Quando foi construída a Itaipu, Deputados Estaduais e Federais se elegeram condenando a construção de Itaipu. Deputado Belinati, V. Exa. na época era Prefeito em Londrina, quando os Deputados Estaduais e Federais fecharam a BR-277. Levaram os agricultores e diziam que tinha energia elétrica sobrando.

O mais curioso, corrija-me Deputado Welter, se estou equivocado, mas diz que até o próprio Presidente da República, ontem - pelo menos está escrito nos jornais de hoje - o Presidente da República disse reconhecer o importante papel desempenhado pela hidrelétrica ao Brasil e ao Paraguai.

Lula lembrou da oposição feita no país, na época da ditadura militar, para barrar a construção da usina. Tendo enquanto opositor, ele mesmo e o atual Diretor Geral da Itaipu, o Samek. Reconheceu o papel fundamental da Binacional, atualmente.

Se o próprio Presidente da República, hoje o Presidente Lula - veja Deputado Luiz Carlos Martins - reconheceu ontem que ele foi contra a Itaipu Binacional, que

quando ela foi construída tinha energia elétrica sobrando no Brasil, mas o homem tem que ter a visão para a futura geração e não para a próxima eleição, como os políticos da época fizeram com a Itaipu Binacional.

Hoje se faz, parecer que a mesma coisa. Será que não teria que citar uma frase que o Ernesto Geisel, Presidente da República na época, quando foi a Foz do Iguaçu, e está aqui o Deputado Dobrandino, que era Vereador na época, o Geisel disse o seguinte, no seu discurso: “não ajudei a idealizar uma obra para a minha geração, mas para as futuras gerações, porque estou convencido de que elas muito se beneficiarão”. São palavras do Presidente Geisel, na época. E o Lula, que era Oposição, foi contra a Itaipu.

E semana passada ele disse que não deixaria o Presidente, seu sucessor, com o “apagão”. Vejam ao cúmulo que chegamos! E o Presidente Ernesto Geisel, naquela época, dizia mais, em 1974, 1975, quando a Itaipu começou a ser construída, ele disse o seguinte: “Sou também do pensamento de Charles de Gaulle, que disse o seguinte, no seu pensamento: quem está no poder age, não fala, por isto estou agindo em favor do Brasil”.

Hoje, todos enaltecem a Itaipu. Aliás, o Nelton Friederich, nosso amigo - me perdoe Nelton Friederich, Diretor da Itaipu Binacional - ele com o Gernote Kirinus fizeram protesto na minha cidade, Marechal Cândido Rondon, contra a Itaipu Binacional; e hoje ele é Diretor da Itaipu. Se o próprio Presidente da República reconheceu que ele foi contra a Itaipu!

Mas, naquele tempo, as pessoas se preocupavam com o futuro. Como disse o Geisel: “Estou fazendo uma obra não para mim, mas para a futura geração”. A Itaipu foi edificada e construída quando tinha energia elétrica sobrando.

Se o Presidente me permitir, concedo aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi, se ele for breve.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. já ultrapassou 5 minutos...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

A exemplo do que V. Exa. deu para o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Exatamente. Por isso mesmo, 5 minutos. Mas, V. Exa. tem o aparte pedido.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB) (Aparte)

Deputado Elio Rusch, só para fazer um registro. Agora há pouco estava dizendo que as palavras são ditas, muitas vezes, por V. Exas., quando são interessantes. V. Exa. concedeu um aparte ao Deputado Plauto Miró. Ele falou que eu estava dizendo do tempo da ditadura militar, que eu combati. O Deputado Plauto dizia que já se foram 25 anos, mas, V. Exa., companheiro do Deputado Plauto Miró, acaba derrotando o argumento dele, porque V. Exa.

acabou citando Geisel. Eu me lembro da frase do General que comandou o regime militar durante determinado tempo.

Então, veja bem, o passado existe para nos referenciarmos para o bem e para o mal. Eu me lembro, como V. Exa. está falando, desta famosíssima frase do Ernesto Geisel. Veja bem, eu que combati a ditadura militar tenho aqui que dizer que lá em determinada época, quando ele abriu o regime, ele estava certo, porque estava vivendo o tempo dele, estava se baseando no passado para saber que aquilo não poderia perdurar, porque ele estava pensando no amanhã.

Então, o Plauto me recrimina quando falo da ditadura militar, e V. Exa. me socorre. Agradeço muito, porque eu estava perfeitamente correto quando fiz o pronunciamento e continuarei fazendo desta maneira.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Waldyr Pugliesi, com toda certeza eu vou responder sobre este assunto na Sessão seguinte. Mas, eu me referi à obra da Itaipu Binacional, que foi combatida pelos Diretores da atual Itaipu, hoje, e pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Não sou eu quem está dizendo, foi ele que disse, no seu discurso, que ele foi contra a construção da Itaipu Binacional. Ele disse isto, está nos jornais, hoje. Eu não estive presente.

Agora, o que é que eu disse, Presidente? Tem que dar valor ao tempo. A razão pertence, única e exclusivamente, ao tempo em relação às nossas afirmações. O que estamos falando hoje, amanhã ou depois podemos ser recriminados ou talvez reconhecidos pelos nossos atos. E isso aconteceu na Itaipu Binacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário destinado ao PSDB, com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu falava, há pouco, com a nossa competente assessoria da Oposição e eu teria tanto para falar que, ao mesmo tempo, seria bom não falar, porque talvez me falte aqui a inteligência e a retrospectiva que tem o Deputado Waldyr Pugliesi em recordar as suas lutas estudantis, juvenis, ditadura e etc.

Deputado Waldyr Pugliesi, temos tido até essa capacidade, que elogio em V. Exa., de discordarmos em muitos assuntos, mas convivemos harmonicamente. A grande verdade é que a história, e disse o Deputado Elio Rusch com propriedade, não fez defesa do Geisel, não é do meu tempo, mas Deputado, eu vi, ontem, na inauguração das duas turbinas da Itaipu, todos aqueles que tranca-

vam as rodovias porque não queriam a construção da Itaipu.

Parece que quem descobriu o Brasil não foi Pedro Álvares Cabral, foi um outro sujeito, um cidadão que resolveu descobrir o Brasil, construir este Brasil, resolver todos os problemas. O passado não existe, só existem os últimos 4 anos neste país.

Quanto à questão da Itaipu, eu tenho na memória algumas questões e lembro-me muito bem uma vez que fiz, aqui, um pronunciamento - era aniversário da Itaipu - e lembrei o ex-Governador Ney Braga. Lembro-me que o ex-Governador Ney Braga teve o sentimento, o discernimento de depois de saber do meu pronunciamento aqui nesta Casa, ligar para agradecer, porque era ele que estava lá na diretoria da Itaipu, onde está hoje o Samek. Ele me agradeceu. Eu, quando vejo esses exemplos de Ney Braga ligando para um humilde Deputado, aqui, por um simples pronunciamento, por ter lembrado a história de Itaipu, falado do seu nome, e ele ter o discernimento de ligar, e hoje não vemos mais isso na política.

Então, acho que poderíamos, neste momento, ao invés de atacar o passado, só criticar o passado, pegarmos as coisas boas, os bons exemplos do passado, esquecermos o que foi de errado, aplicarmos no presente e seguirmos em frente.

Deputado Waldyr Pugliesi, eu não sei se é Esquerda ou Direita. Eu não sei se tenho que cortar o braço direito ou esquerdo. Eu não entendo bem esse negócio de Esquerda ou Direita. Eu só sei o seguinte: sou radical em minhas posições. Outra coisa: tenho posicionamento. Nunca ninguém nesta Casa teve dúvidas sobre o meu posicionamento em uma votação. Nunca! Porque todos sabem o que eu penso, todos sabem o que eu falo e todos sabem como eu vou agir.

Agora, quando V. Exa. fala, entendo que defende a sua ideologia de Esquerda e eu o conheço, até porque eu acompanhava quando era Prefeito, lia nos jornais o grande Waldyr Pugliesi pela sua atuação. Mas, Deputado Waldyr Pugliesi, que péssimo exemplo que a Esquerda do Paraná dá hoje. Péssimo exemplo! Ser Esquerda é lotar um avião a jato para o Japão a custo do erário público? Ser Esquerda é ter uma TV Educativa? Não gostou, Deputado Romanelli? É isso mesmo! Ser Esquerda é ter uma TV Educativa voltada para o interesse pessoal do Governador? Isso é ser Esquerda? Não! A Esquerda que conheço é a Esquerda do Deputado Pugliesi: da dignidade, do respeito ao erário público, da seriedade.

Desculpem-me. Sei que V. Exas. não gostam de ouvir críticas. E a Esquerda legítima que conheço é aquela que gosta de ouvir críticas. Então, Deputado Waldyr Pugliesi, me ajude a corrigir os equívocos da Esquerda do Paraná. Não de todos, não digo de V. Exa., mas digo de quem enche um avião e vai para o Japão com vários intérpretes. Tem intérprete japonês, coreano, italiano. E quem vai pagar a conta? É o trabalhador brasileiro!

Quando V. Exa. acha que o Deputado Elio Rusch fez a leitura aqui de um pronunciamento - este é o cuidado que o Deputado tem até para não ferir sutilezas quando ele trabalha com a TV Educativa - mas, qualquer cidadão sabe que a forma com que a TV Educativa está sendo conduzida hoje no Paraná, não é a forma correta! Está aí o exemplo da TV Cultura de São Paulo, onde você nunca vê a imagem do Governador, seja ele quem estiver de plantão ao longo da história! A Fundação Anchieta é o exemplo de TV para o mundo. E nós estamos aqui com a TV Educativa - Deputado Pugliesi me ajude - sabe quantas vezes a Oposição falou na TV Educativa? Eu falei uma vez porque o Deputado Anibelli teve um arroubo de valentia aqui nesta Casa e foi ali no corredor, tinha a repórter da TV Educativa e ouviram o Líder da Oposição e editaram o que disse e só disseram o que interessava a essa Esquerda do Paraná e não ouviram o Líder da Oposição.

Ora, a Esquerda que conheço é aquela que diz o seguinte: vamos ouvir os 2 lados para vermos os erros que estamos cometendo no presente.

É isso que V. Exa. pensa? Estou traduzindo, desculpe-me se cometer equívoco, porque tenho por V. Exa. o maior respeito que um cidadão lhe dedica. Mas, me permita pedir a V. Exa., com essa bravura que o senhor defende a Esquerda, há parte da Esquerda do Paraná que percorre por caminhos obscuros que não há mais como nos explicar.

Não me considero nem de Esquerda nem de Direita. Um dia a história talvez vá me julgar, porque hoje não sei se sou de Esquerda ou Direita.

Agora, Deputado Romanelli, quando falei que lotaram um avião, V. Exa. teve assim um excesso de nervosismo. Vou dizer mais e V. Exa. vai ficar mais irritado ainda: V. Exa. é Líder do Governo. Trouxemos aqui e está aí a Operação Navalha. Até fica ruim eu fazer um elogio ao Presidente Lula porque sou Presidente do PSDB do Paraná, mas veja a diferença de atitude e há de se admirar a atitude do Presidente da República. Talvez seja a primeira vez que o elogio em público. Ele pode até ser culpado, não agir em determinado momento, mas ele, pelo menos é diferente dessa Esquerda do Governador Requião. Totalmente diferente.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

Veja o que acontece aqui no Paraná. Caso SANEPAR, meu Deus do céu, Deputado Praczyk, se contrata por 69 milhões, se aditiva até 113 milhões, se paga e falta pagar não sei quantos milhões! Trouxemos, aqui, o Presidente da SANEPAR, que parecia ter tomado uma "boleta", porque estava meio anestesiado, não reagia. O Xavier do seu lado, ele não reagia, estava adormecido porque não pode explicar. Pasmem, Deputado Romanelli, esta empresa PAVIBRAS, que esta Esquerda defende e lhe dá obras - o Governador

não é de Esquerda? Salvo eu esteja equivocado, eu ouvi falar! Deputado Elio Rusch, a empresa PAVIBRAS está falida, abriu concordata, pelo menos é o que entendi e é um dos argumentos que a SANEPAR rescindiu o contrato no penúltimo mês de governo. Agora recebo pela internet o quê? Vocês sabem onde a PAVIBRAS está trabalhando? Para a Secretaria da Educação, ainda pedindo, Deputado Rangel, aditivo. Os mesmos argumentos, Deputado Durval, com que eles conseguiram dobrar o valor da obra da PAVIBRAS.

Temos que ficar quietos, porque não podemos trazer a crítica, porque parece que todo o passado da história do Brasil, desde o descobrimento, parece que é culpa da Oposição. Ora! Ora! Ficamos aqui na Oposição porque temos coragem de ficar e estamos exercendo a nossa função com dignidade. Se hoje exigimos do governo esclarecimentos, que não foram exigidos no passado, é um problema de atuação.

Com todas as críticas que fiz aqui, eu poderia me aprofundar, Rangel. Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem para saber se o Secretário da Comunicação virá aqui ou não, porque eu, como Líder da Oposição, terei a honra de receber tão ilustre administrador do erário público, aqui, nesta Casa. Preciso da confirmação, porque não estou aqui de plantão, para atender ao Secretário da Comunicação. Eu poderia continuar aqui e retroagir.

Deputado Romanelli, nós que temos uma boa amizade, mas uma difícil estratégia política, porque somos adversários, por cuidado da minha assessoria fomos fazer um levantamento, aqui, dos requerimentos. Temos requerimentos do ano passado ainda, que não foram respondidos pelo governo. Sr. Presidente, isto é incorrer em crime de responsabilidade. O Secretário que não encaminha a esta Casa os esclarecimentos que o Deputado exige, é crime. Tenho requerimentos do ano passado e amanhã discorrerei sobre todos eles, inclusive, Deputado Romanelli, acordos feitos entre nós, aqui, em plenário, onde retiramos o requerimento, porque receberíamos o mais breve possível as informações, acordos esses que não foram honrados, tenho certeza que não por vontade do governo.

O Líder do Governo é um homem honrado, que merece o nosso respeito. Mas o seu Governo não presta as informações a V. Exa. e nós, aqui, da Oposição, estamos aguardando. Quando levantamos a voz um pouquinho, fazemos uma pequena crítica, que nem é crítica, é uma constatação, constatar que a viagem do Governador é uma farra com o dinheiro público, para mim isso é visto a olho nu. Constatar que a obra da PAVIBRAS, suplementada em 100%, é uma constatação ao menos difícil de explicar, é clara. Ora, eu trouxe aqui e parece que não trouxe nada. Eu trouxe a apólice fria, fraudada, eu trouxe aqui as empresas convidadas pela SANEPAR - porque você convida uma empresa que você conhece e aí convidaram empresas de seguro fantasma e parece que não

trouxemos nada aqui! Nunca vi o Líder do Governo subir à tribuna e dizer: hoje estou aqui para prestar esclarecimentos ao Deputado Douglas sobre tal questionamento.

Nós temos sido, como Oposição, muito respeitosos e até muito coniventes. Agora não há mais como calar. Eu jamais pensei, nunca pensei em viver o momento que o Paraná está vivendo! Não pensem os senhores que lá fora a população não está sentido isso. O governo de hoje se enterra em não explicar o gasto do dinheiro público e ao explicar o gasto do dinheiro público faz com que acreditemos que a corrupção campeia este governo. Vou irritar alguns Deputados, sei disso, mas até estou provocando para ver se de repente há um surto de transparência e amanhã começamos a ver aqui Deputados do Governo trazendo os esclarecimentos que tanto imploramos nesta Casa. Se vierem aqui os esclarecimentos, vamos elogiar a atitude, vamos reconhecer equívocos, mas o que não pode é persistir o que está acontecendo.

Ora, veja, o seguinte, para concluir aqui a minha fala de hoje, como disse no início: teria tanto o que falar, que era melhor eu não falar, porque eu não consegui dizer tudo, mas vejam que só tem um assunto que poderia ser esclarecido com o "Governador de Plantão". Até fazemos o seguinte, Deputado Durval, poderíamos fazer um convite ao Governador e nós ofereceríamos um almoço para o Governador no Devons, a Oposição, para almoçar com ele, mas ele poderia aproveitar para mandar para nós, porque o Líder do Governo não consegue mandar para nós a auditoria interna da CEASA. Onde está a auditoria interna da CEASA, que demitiram todo mundo da CEASA por corrupção, por má versação do dinheiro público?

Nós só queremos a auditoria e falamos: "ah, mas não podemos mandar a auditoria." Como não podem mandar a auditoria? A auditoria foi feita com dinheiro público e o que foi feito com o dinheiro público tem que prestar contas a este Poder.

Ame-me quem me ama e odeie-me quem me odeia! Mas quero, Deputado Romanelli, que nunca vou silenciar, mas também nunca pensei na minha vida - e sempre fui adversário do Governador Requião - nunca pensei que iria ver na minha vida um governo encolhido embaixo de um lençol sujo e podre, sem poder trazer aqui os esclarecimentos que precisamos. Até não virem os esclarecimentos a esta Casa, continuo pensando que quem não pode esclarecer, tem que esconder e continuo pensando, até não virem os esclarecimentos que o governo não pode esclarecer e está escondendo. Essa é a verdade.

Irritem-se, mas não percam a paciência, porque teremos aqui mais 3 anos e pouco de vida e o nosso papel é de fiscalização. Inclusive Deputados, assistindo o que o Presidente do Tribunal de Contas falava na Globo News no domingo, ele disse que a principal falha no exercício da fiscalização do Executivo, a falha do Legislativo é a de não interagir com o Tribunal de Contas. E eu poderia fazer uma pergunta aqui a todos nós, inclusive a mim,

porque é falha minha: quando nós nos socorremos no Tribunal de Contas? A primeira vez na história do Tribunal de Contas, que o Tribunal mandou ao Deputado Rangel uma informação do governo.

O Tribunal de Contas, meus companheiros, meus amigos, meus caros Deputado, é um órgão auxiliar desta Casa. E eu, a partir do estudo que fiz, tratarei o Tribunal de Contas com todo o respeito. Primeiro vou ingressar nesta Casa com um requerimento para encaminhar ao Presidente do Tribunal de Contas que nos encaminhe a informação setorizada, quem fiscaliza os setores do governo: a educação, a SANEPAR, a FUNDEPAR, que foi extinta, a SERLOPAR, a COPEL, porque aí nós vamos tratar diretamente com aquele setor do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa. Essa é a nossa função e já fazia mais ou menos 1 mês que eu estava com esse pronunciamento para fazer, joguei fora o que tinha escrito, Deputado Pugliesi, então se cometi equívocos na minha fala é porque deixei o papel na minha gaveta, mas, eu não tenho dúvidas de que a legitimidade do cargo faz com que nós façamos aqui um apelo aos Deputados do Governo, principalmente ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, V. Exa., apesar da nossa amizade, nos deve muito, nos deve explicação, porque V. Exa. é a voz do governo dentro desta Casa. E essa voz está muda, rouca, ou eu estou com problema de audição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT: com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vim a esta tribuna para falar do brilhante trabalho do Secretário da Agricultura, Valter Bianchini, que pela manhã falou preliminarmente sobre os programas que serão lançados pelo Governador Requião. E para a felicidade dos paranaenses, Deputado Teruo, e para a infelicidade dos nossos opositores, só com a sustação das contas bancárias, Deputada Rosane, que estavam no Itaú e que foram passadas para o Banco do Brasil, os nossos produtores terão R\$ 1 bilhão e 300 mil. O Secretário já anunciou e o programa vai ser lançado ainda no mês de junho, o Programa Trator Solidário.

Esse programa vai atender, vamos poder gastar nesses próximos 4 anos, aplicar R\$ 1 bilhão e 300 na agricultura familiar paranaense. Programa que também vai ser retomado, vai ser implementado, eu digo isso porque isso é visão de um governo de Esquerda, na minha concepção, um governo que se volta para os pequenos, um Governo que cria o Fundo de Aval e que cria como moeda, Deputado Cheida, o pagamento em milho. E nessa semana eu vou fazer uma indicação legislativa pedindo para o Governador abonar também que a moeda

seja leite para pagar esses financiamentos que vão ter apenas 3% de juros ao ano. Não transgênico. Não pode plantar transgênico, porque é um pré-requisito, porque estamos perdendo mercado por causa desse assunto.

Essa visão do Secretário, e a visão do Governador, eu tenho a felicidade de falar como Líder do PT, porque o Governador, quando empossou o Valter Bianchini, deu um monte de tarefas para ele. E ele foi fazer o primeiro despacho antes de o Governador viajar ao Japão, e para a nossa felicidade o Governador referendou todos os projetos. Deputada Luciana, terá programas que vão ser naturalmente lançados, mas já está definido como política para calcário, para os nossos pequenos produtores. E o bom mesmo é que nós vamos ter, os pequenos produtores, a moeda do produtor para pagar um trator comunitário, para adquirir um trator para o pequeno agricultor, a moeda será o milho e defendemos que possa ser também o leite e eu acredito que vamos conseguir implementar isto.

A visão de Esquerda do Governador, às vezes tem seus excessos, preciso dizer isto aqui na tribuna, mas no último governo ele sustou com os franceses na SANEPAR - na mesma SANEPAR ele incluiu tarifa social da água, onde se inclui uma infinidade, milhares e milhares de paranaenses são beneficiados pela tarifa social da água. Não foi diferente na COPEL, com a tarifa social da energia que é a Luz Fraterna. Isto resgata, isto é um governo que dirige, distribui renda através de tarifas de água e luz de forma indireta. Isto é uma concepção de estadista que resgatou o caráter público da COPEL, da SANEPAR e outros órgãos.

Então, fico feliz, grato e percebo que quando até o Líder da Oposição reconhece que o Presidente Lula está fazendo brilhantes ações no seu governo, vejo pela primeira vez ele falando isto, até agradeço por este reconhecimento, nós da Liderança do PT temos que anunciar o que vai acontecer, vão ser lançados nos próximos meses programas extraordinários, e só pelos tratores, Deputada Beti Pavin, serão já no primeiro ano 75 milhões para os produtores, está definido como programa já. E já há um pré-entendimento com as empresas que fabricam tratores para que eles tirem, o estado deixe de cobrar alguns tributos e esses tratores ficarão pelo menos 30% mais baratos, aproximadamente.

Vejam só quantos avanços, como está havendo um esforço para atender justamente quem mais precisa. Eu quero traduzir aqui, de forma direta, o esforço que o nosso Secretário da Agricultura está fazendo no sentido de colaborar, de fazer com que a universalização do acesso ao crédito para os produtores se consolide nesses próximos 4 anos, porque há muito o pequeno produtor que ainda está fora das linhas de crédito com juro baixíssimo, juro subsidiado e agora com a moeda em milho ou em leite, que ainda deve ser definida, eu acredito que terá o aval do Governador Requião.

Então, fico muito grato, muito feliz em reconhecer e saber que o Governador Requião faz um esforço grandioso

oso no sentido de dirigir as ações do seu governo para a maioria da sociedade excluída.

Fico feliz de perceber que as ações na área da saúde, que é tão criticada, os dados precisavam ser ditos aqui com toda a clareza, acredito que o Líder do Governo, o Romanelli, deveria preparar suas falas para falar o quanto se investiu no ano passado e quanto foi a evolução dos gastos com saúde no estado.

A argumentação, muitas vezes, parece que tem que fazer milagre para arrumar dinheiro. Todo mundo sabe que os recursos são escassos, que a capacidade do estado tem seus limites e temos que agir com a responsabilidade política no sentido de não extrapolarmos os limites fiscais e assim por diante.

Então, vejo que tem muito argumento para defendermos este governo que tem dado atenção preferencial aos pobres. As UTIs, Deputado Jocelito, aumentaram o número de UTIs, sim, na cidade de Ponta Grossa. Temos problemas de saúde em todas as regionais. Agora, convenhamos, podemos falar com Prefeitos e Prefeitas que são, vamos dizer assim, Oposição ao Governador Requião e que tocam também a saúde pública nos seus municípios. Todo mundo sabe o quanto é difícil, fazer geralmente é quando as pessoas ficam doentes ou fortalece ou falece alguém da família que vem o desespero e precisa achar a culpa de alguém, tem que imputar esta culpa ao estado e com certeza o estado tem que fazer todos os esforços para que os atendimentos sejam os melhores possíveis.

Mais um dado, Sr. Presidente, que eu queria falar aos companheiros Deputados, nesta tarde de hoje, que são os reflexos do emprego. Saiu na semana passada, batemos recorde novamente em carteira assinada, já deve ser os resultados do PAC. Eu falava na semana retrasada na viagem que fazia ao oeste do estado com um empresário do Paraná e ele dizia o seguinte: “Há uma sinergia muito positiva, estamos acreditando que o PAC está funcionando”. E de fato está funcionando, o PAC envolve recursos na construção civil, envolve recursos em várias áreas, nas obras de infra-estrutura tem uma avaliação quadrimestral de cada ação do governo. Fazia 20 anos que não tinha um planejamento no sentido de fazer investimentos maciços, porque não se tinha capacidade de investimento, o país não dispunha de recursos suficientes para fazer esses investimentos, por isto estamos batendo recordes aqui no Paraná na geração de empregos.

É a capacidade que o Governo do Presidente Lula tem feito no seguinte sentido: vender os produtos no exterior junto com a nossa capacidade industrial instalada. A capacidade industrial instalada, Deputado Elio Rusch, a nível de atividade das máquinas, também é recorde. Em 11 setores o nível de atividade das máquinas é o mais alto dos últimos 14 anos. Isso mostra que haverá um crescimento econômico, nós temos convicção que este país e este estado estão no rumo certo!

Temos que entender que a posição da Oposição precisa ser respeitada e reconhecemos que a Oposição precisa agir com muita firmeza, com muita determinação,

até para o Poder Legislativo ter mais força e ser um Poder respeitado!

Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, só um esclarecimento, se nós tivermos a presença do Secretário de comunicação amanhã, como o Deputado Rangel anunciou, às 9 horas?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo a responder a questão de ordem: o convite para o Secretário Pisseti não foi feito pela Mesa, foi feito pela Comissão Permanente de Comunicação.

Como me foi pedido eu tentei, oficiosamente, saber se o Secretário viria ou não aqui, mas não consegui falar com o Secretário. A informação que tenho é que ele havia repondido à Comissão de Comunicação dizendo que foi feito o convite efetivamente e que através da Liderança do Governo marcaria a data. Esta é a informação que nós temos. Agora a Mesa Executiva não fez o convite, essa é a resposta que eu lhe dou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, vou falar sobre este tema no horário da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Bloco PSB/ PL/ PRB/ PV. com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/
PV: Deputado Ribas Carli Filho
(PSB)***

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna, mais uma vez hoje, em defesa dos direitos da mulher. Falo em nome da comissão que é presidida pela Deputada Rosane, que, juntamente com a Presidente da Comissão de Orçamento, Deputada Beti Pavin, estivemos reunidos nesta semana com o Secretário do Trabalho e Promoção Social, Nelson Garcia, que nos atendeu, porque juntamente com diversas representantes de instituições que também defendem os direitos da mulher, lutam pela liberação de uma emenda orçamentária aprovada nesta Casa de Leis, no valor de R\$ 6 milhões para atender mulheres que são vítimas de agressão doméstica, agressão familiar, enfim, que são agredidas e ficam desamparadas.

É um absurdo percebermos que hoje, 2007, mulheres ainda são agredidas verbalmente, fisicamente, sexualmente ou que sofrem qualquer forma de agressão dentro de casa, por parceiros, por familiares ou pessoas estranhas. Mais absurdo do que isso, é nós termos um recurso que está alocado no orçamento, no valor de R\$ 6 milhões para a construção de abrigos ou centros de referência e

que em virtude da falta de liberação, não conseguimos empreender essas obras. Estamos nessa batalha, as Comissões de Orçamento e a de Defesa dos Direitos da Mulher estão nessa luta e eu estou nela, porque passou do tempo em que apenas as mulheres lutavam pelos seus direitos. Todos nós, hoje, devemos lutar pelos nossos direitos. Nós, como Parlamentares, como Deputados que atuamos no estado do Paraná, devemos defender o direito de todos, principalmente das mulheres, porque mesmo quem não tem mulher, tem ou já teve mãe algum dia. Então, devemos cuidar muito de todas as nossas mulheres. Esse dinheiro deve ser liberado.

O Secretário Nelson Garcia se mostrou muito a favor dessa situação, foi muito receptivo, muito simpático com todos os Deputados, com todos os representantes das instituições e espero que o Governador tenham essa sensibilidade. Tenho certeza que ele vai ter essa sensibilidade e vai pagar essa emenda no valor de R\$ 6 milhões que está locada no orçamento.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/ PMN.

Com a palavra, Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou usar o Horário da Liderança. O Deputado Welter não nos concedeu aparte e ele foi defender a questão da saúde dizendo que está indo bem e que lá para trás, tinham investido menos na saúde.

Quero responder ao Deputado Welter e a todos os Deputados: eu não estou preocupado com o que foi feito lá atrás e qual foi o governo. Estou preocupado com o governo que está aí. Tenho uma preocupação muito grande com a saúde pública. Acho que o governo tem que investir mais na saúde pública. Essa é uma responsabilidade do governo e nós, Deputados, fomos eleitos para cobrar do governo, para fiscalizar. Respeito a opinião de elogiar o governo com algumas ações. Falou da questão do investimento para os pequenos produtores, falou no valor de R\$ 1 milhão de reais ou coisa assim. Acho que é importante, mas se na propaganda foram investidos mais de R\$ 50 milhões, poderia investir um pouco mais para os produtores rurais.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Peço um aparte.

(Assentimento)

Agradeço o aparte, porque eu também havia solicitado ao Deputado Welter e por falta de tempo, não conseguimos falar.

V. Exa. falou da questão da saúde e quero falar da questão da agricultura, com relação aos programas que o

Dr. Valter Bianchini, Secretário da Agricultura, estaria lançando no Paraná.

Durante a campanha eleitoral, não esta, a outra, o Governador disse que faria voltar o Pânico Cheia.

Quero falar porque ajudei escrever o outro Pânico Cheia, modestamente, então posso emitir uma opinião com relação a isso, porque obviamente tinha um sistema de equalização, mas só válido no momento de inflação. O Brasil, pelo que me consta, tem uma economia hoje praticamente estável. Não sei se vai ser feita dessa forma a questão da equalização, mas dizer o seguinte: com relação ao calcário, 4 anos de recursos no orçamento e não foi liberado calcário para os agricultores no Paraná.

Sei que o Dr. Valter Bianchini pode fazer esse programa, porque ele como representante do Paraná, num cargo extraordinário que assumiu no governo Lula, realmente, fez um trabalho muito grande em favor da agricultura familiar, que devemos reconhecer.

Para aqueles produtores de leite vai colocar pagamento com milho. Quem produz leite não tem milho. Quem produz leite usa o milho para produzir leite. É uma coisa que quem sabe tem que discutir melhor.

A outra coisa é que os pequenos agricultores do sudoeste do Paraná, por exemplo, não receberam nenhum incentivo por parte do programa que era baseado no Fundo de Aval, porque o Fundo de Aval só foi implantado no Paraná e em municípios que tinham IDH baixo. Portanto, em muitos municípios do Paraná não tivemos a implantação do Fundo de Aval.

Então, realmente espero que seja feita alguma coisa na área da agricultura, porque até agora, sinceramente, só tivemos o programa do governo federal. Só! Terminou o Programa Paraná Doze Meses, não tivemos outros programas. Sei da vontade do Secretário de fazer o Programa do Trator Solidário, espero que realmente possamos ter no estado programas complementares aos programas que estão sendo efetuados pelo governo federal, para que possamos, sim, ter uma política agrícola no estado.

Aliás, o Paraná está caminhando para se tornar, quem sabe, grande produtor de cana e grande produtor de eucalipto e de pinus. Até agora estamos perdendo aquilo que fizemos na conservação de solo e não tivemos um programa para continuar essa recuperação.

Apenas chamo a atenção e gostaria de falar para o Deputado Welter, acho que não está mais aqui, que é realmente preciso que o estado faça alguns programas. Agora, que eles sejam amplos, porque o Fundo de Aval não valeu para o sudoeste, porque lá o IDH felizmente, pela organização dos produtores é um pouco maior.

Agradeço a V. Exa. por ter me cedido esse aparte já que não pude fazê-lo ao Deputado Elton Welter.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

O senhor fez um belíssimo aparte, falou sobre a importante questão da agricultura e quero dizer que se tiver projeto importante para a agricultura que ajude os

agricultores com mais dinheiro, beneficiando todos os agricultores do Paraná, terá o meu voto a favor, sem dúvida alguma. Mas, também, reitero o que quero na saúde pública, é o direito da saúde pública. Diminuir os investimentos nas PAVIBRAS da vida e investir mais na saúde pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Acho que o Deputado Waldyr Pugliesi tem o direito de usar a palavra por conta de que exerceu aqui, legitimamente, o direito de fazer uma crítica.

Agora, temos que reconhecer que temos alguns companheiros nossos aqui, que têm a pele muito fina.

Quero reconhecer que tenho feito um esforço, tenho sido muito aconselhado pelo tri-Prefeito e tantas legislaturas, Antonio Belinati, sobre como devemos fazer da tolerância um exercício permanente, uma das virtudes que devemos desenvolver, como Voltaire já dizia, no famoso clássico.

O fato, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho que reconhecer que está ficando muito difícil, por conta dos encaminhamentos que a Oposição tem dado ao processo de discussão, e tenho procurado, desde o início desta Sessão Legislativa, estabelecer uma pauta de discussão temática sobre políticas públicas.

Estou falando, aqui, para a taquigrafia da Casa, porque a Oposição não quer escutar o que vamos falar. É impossível, se eu não levanto a voz, não escuta. Então, quero dizer...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, isto aqui não é escola nem do Raimundo e nem do Roberto Requião!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada ao Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não quer escutar? Sobem à tribuna, gritam, falam termos muitas vezes desconexos e que vai ser muito sério, Sr. Presidente, quando estiver instalada a TV Assembléia.

Aparte, V. Exa., o senhor pede para o orador e não para o Presidente!

A verdade é que quando tiver a TV Assembléia aqui, Presidente, vai ser muito mais complicado.

Quero dizer que tenho com a Oposição, aqui, um relacionamento respeitoso, na maior parte das vezes até normal e afetuoso. Mas, tenho que reconhecer, Sr. Presidente, que infelizmente o *pout pourri* de críticas que são

feitas, da mesma fala inclusive, sem se aprofundar tematicamente, está muito difícil. Teríamos que estabelecer um processo: 5 minutos para o ataque, 5 minutos para a defesa. Talvez conseguíssemos ter alguma produtividade no nosso debate, porque senão ficam os monólogos, grandes monólogos.

O ex-Deputado, ex-Prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, que era uma figura extraordinária, que todos temos na memória, ele dizia que a política era fantástica, até o mais simples dos seres pode chegar e falar para uma plateia. E melhora a pessoa, faz parte da psicanálise a pessoa poder falar. Ela consegue, efetivamente, processar aquilo que está dentro da sua alma, e isso faz bem.

Agora, tenho que reconhecer que a tribuna da Assembléia não é um divã de psicanálise. Temos que compreender o processo político a partir da realidade em que vivemos, que construímos, da realidade social. E sinceramente, quem ouve esta Casa, nestas paredes, a impressão que se dá é que vivemos o caos na sociedade paranaense.

Quero dizer a V. Exas., para aqueles que são os apóstolos do caos, que felizmente não é isto o que temos na nossa cidade. Foi como nós vimos, ontem: o Presidente Lula, ao lado do Diretor-Geral da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, inaugurando as duas últimas turbinas geradoras, que começou, sim, quando era Diretor-Geral da Itaipu, o ex-Ministro Euclides Scalco, que foi uma belíssima obra, que serve ao conjunto da sociedade brasileira. O fato é que os números sobre empregos do 1º quadrimestre doem na Oposição, doem muito. Por quê? Porque o Paraná está batendo recordes. Recordes em cima de recordes na produção de novas vagas. Graças ao governo do Presidente Lula, graças às boas ações do governo Requião; e claro, da nossa sociedade.

Agora, ouvir aqui o que tenho ouvido, sinceramente! Vamos discutir tematicamente! O tema é saúde? Vamos aprofundar a discussão sobre saúde! Saúde é um problema que não é só do Paraná, é nacional. E vou dizer mais: é um problema mundial a questão de assistência à saúde. É um problema gravíssimo!

Tem pessoas aqui que pensam que a política começou no dia em que ele começou a participar do processo político, Deputado Jocelito. Desconhecem a história, desconhecem tudo aquilo que foi feito de bom e de ruim, mas querem fazer com que a história não possa ser contada, como bem faz o Deputado Waldyr Pugliesi. É duro pagarmos mais de R\$ 50 milhões de reais por mês do dinheiro que foi saqueado do BANESTADO, dinheiro que falta para investir na saúde pública. Por isso, confesso que o debate, aqui, tinha que ser travado em alto nível e não apenas na retórica verbal.

Deputado Douglas Fabrício, quero passar a V. Exa. o seu requerimento, que foi encaminhado via Liderança do Governo, que já foi tantas vezes cobrado, e lhe dar uma má notícia que eu li, aqui. Aqui tem uma planilha de investimentos da famosa VIAPAR. Desculpem, sei que isso dói e ofende algumas pessoas, Deputado Fábio

Camargo, o que eu vou falar: contrato que foi feito no governo do arquiteto Jaime Lerner, lá em 1997, que foram feitos, depois, os aditivos. Sabe quando é o prazo da duplicação? Sabe quando? 2014/2015.

Quero lamentar, passar às suas mãos as informações do contrato das informações que o DER nos presta, mas V. Exa. tem um documento oficial que retrata exatamente a planilha de investimentos e quando da obrigação da concessionária em executar a obra.

O fato, Sr. Presidente, é que temos feito o possível e o impossível para fazer com que o debate, nesta Casa, seja de alto nível. Vou continuar perseguindo esse caminho, o bom caminho do diálogo, de construir por meio do processo democrático uma relação respeitosa.

O Deputado Elio Rusch e o Deputado Traiano, estando na sua ausência Deputado Rossoni, V. Exa. ficou cobrando ali, quando fizemos o acordo para a vinda do Secretário Airtton Pissetti. Qual foi o acordo? Cadê o Deputado Elio Rusch? O acordo foi que faríamos o acordo entre Liderança do Governo e Liderança da Oposição para marcar essa data. Nós não vamos marcar a data pelo jornal. Não é jornal que marca a data da vinda do Secretário de Estado à Assembléia Legislativa.

O nobre Deputado Marcelo Rangel tem tido dificuldade de ouvir isso. Deputado Marcelo Rangel, já lhe disse isso outras vezes, vou repetir aqui em público, com as notas taquigráficas sendo registradas pelas nossas taquígrafas, que a data da vinda para ser agendada do convite efetuado ao Secretário Airtton Pissetti tem que ser acordada com a Liderança do Governo.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O senhor me permite um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, Exa., não permito! Depois V. Exa. pode falar!

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O senhor não permite o contraditório? Quero saber! Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está com o Deputado Romanelli.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só questão de ordem! Gostaria de saber se ele vem ou não vem!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não lhe concede o aparte. Já respondeu a pergunta! Com a palavra, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu sempre tenho mantido um relacionamento respeitoso, não só com o Deputado Marcelo Rangel, mas com todos os Deputados, mas quero registrar que convite formulado tem que ser acordada a data, como fizemos.

Estou me socorrendo do Deputado Elio Rusch, que fez o acordo como Vice-Líder da Oposição. A data não foi marcada e só vai ser marcada quando recebermos. Eu gostaria muito de receber o Deputado Valdir Rossoni para que pudéssemos, enfim, discutir quando poderíamos marcar essa data.

É dessa forma que a Liderança do Governo vai encaminhar esse tema e é, efetivamente, assim, que esta Casa tem que ser conduzida, Sr. Presidente. No mais, agradeço a tolerância de todos, mas, infelizmente, o nosso tempo é muito escasso para poder falar sobre todos os temas. Até gostaria, em atenção aos outros oradores que usaram da tribuna, mas sinceramente com horário de 10 minutos é quase que impossível responder quase duas horas de argumentos que ouvimos das tribunas desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de esclarecer que fizemos uma reunião da Comissão de Comunicação e nessa reunião fizemos a convocação do Sr. Secretário Airtton Pissetti. Respeitando a opinião de um Deputado da base da Situação, Deputado Dobrandino, que não entendeu a convocação, transformamos a convocação em convite, e acordamos, tanto a base da Oposição quanto com a base da Situação, o dia 23, 15 dias após a reunião. Eu fiz contagem regressiva e me parece que o Secretário da Comunicação não escuta rádio, não lê jornal, não vê TV e não escuta o Legislativo. Fiz o convite. Amanhã se encerra o prazo, Sr. Presidente.

Gostaria de deixar bem claro que o convite e a data foram estabelecidos tanto pela base da Oposição quanto pela base da Situação. Só para deixar bem claro isso.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

O Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, disse que nós havíamos feito um acordo, salvo se ouvi errado.

Na Comissão de Comunicação e Obras, foi feita uma reunião e foi deliberada a convocação do Secretário, depois, num entendimento com o Presidente da Comissão, Deputado Marcelo Rangel e os demais Deputados que estavam aqui. Eu estava respondendo pela Liderança da Oposição, conversamos e decidimos que iríamos transformar a convocação em um convite, que foi a sugestão do Líder do Governo e do Deputado Dobrandino na reunião. E foi transformada a convocação em convite. Aí, alguém me perguntou: “mas, não querem para os primeiros dias?”. “Não, daqui a duas semanas está bom.” Esse foi o acordo que fizemos. Embora a deliberação tenha sido por convocação, transformou-se a convocação em convite, para que ele viesse à comissão.

Estava junto o Deputado Belinati e o Deputado Elton Welter.

Agora, acho que o Secretário tem que cumprir aquilo que foi acordado com o Líder do Governo. Tem que marcar a data. O Deputado Rossoni levantou a questão, não podemos ficar de plantão no dia de amanhã e esperar o Sr. Secretário se vem ou não.

Esperamos que o Líder do Governo possa nos confirmar se ele virá ou não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou sugerir, Deputado Elio Rusch, que o Líder do Governo e o Líder da Oposição, mais ainda o próprio Presidente da Comissão, sentem-se à mesa e marquem uma data, confirmem com o Secretário e está decidido o convite. Acho que não é difícil que se fala esse tipo de entendimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Questão de ordem, Sr. Presidente. Ele tem todo direito de vir ou não vir amanhã. Se o Secretário não comparecer amanhã ao convite, a Comissão de Comunicação irá se reunir e aí vamos avaliar se realmente vale a pena fazer um novo convite.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Passou um passarinho aqui e falou para ninguém ficar de plantão que o Secretário não vai vir, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para agradecer o Líder do Governo, ele não me cedeu aparte. Quero usar, com a sua permissão, a palavra. Agradecer aqui o Líder do Governo que me encaminhou os documentos que pedi, feito um acordo com ele sobre a duplicação da rodovia de Maringá a Campo Mourão.

Então, vou ler as informações. Dizer ao nobre Líder que ele encaminhou com atraso. Isso foi pedido em 2 de abril. Eu teria que ter recebido, de acordo com a lei, aqui, até 2 de maio. Mesmo assim, agradeço. Por último, dizer que prestei atenção em tudo o que foi falado, aqui, sentado. A hora em que eu estava falando dali, ele estava dando entrevista lá, então, ele não ouviu o que eu falei.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa Ofício nº 073/07, subscrito pelo Sr. Diretor de Defesa Corporativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, constante do expediente, solicitando espaço no Parlamento Estadual, conforme de se manifestarem publicamente. **À Diretoria de Assistência ao Plenário, para os devidos fins.**

Indicação nº 129/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual Dom Pedro II, no município de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Durval Amaral para representar esta Casa de Leis no Encontro dos Presidentes das Assembléias do Brasil, nos dias 23, 24, 25, 26 e 27 do corrente mês, na cidade de Belo Horizonte/MG. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Péricles de Mello para representar esta Casa de Leis na audiência com o Ministro da Educação, com o Ministro da Justiça e com o Senador Flávio Arns, nos dias 23 e 24 de junho de 2007, na cidade de Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Sra. Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis na II Conferência da UNALE em Porto Alegre/RS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente.

Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a utilização de símbolos estaduais e identificação de bens públicos e ações de governo, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBEMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda. Aprovada a subemenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 037/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A emenda ao Projeto de Lei nº 037/07, visa modificar os artigos 6º e 7º do presente projeto, fazendo com que a lei entre em vigor apenas no ano de 2007.

Fundamentação

A presente emenda ao Projeto de Lei nº 037/07 tem o objetivo de modificar a data de entrada em vigor da lei, bem como o momento em que o Poder Executivo deve regulamentá-la.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 11, estabelece como competência do estado toda aquela que não lhe seja vedada pela Constituição Federal.

Art. 11. O estado exerce em seu território toda a competência que não lhe seja vedada pela Constituição Federal.

Cabe ressaltar também que a presente emenda preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, bem como encontra-se em conformidade com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Assim, não encontramos nenhum óbice à emenda modificativa apresentada.

Conclusão

Ante o exposto, por entendermos que a emenda ora apresentada está revestida de legalidade e constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação, aproveitando a oportunidade para a apresentação de subemenda modificativa ao projeto de lei em análise, respeitando o quesito de legalidade, constitucionalidade e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

Apoioamento:

Nereu Moura, Duílio Genari, Marcelo Rangel, Mauro Moraes e Artagão Júnior.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 037/07

Art. 1º Fica modificada a redação dos artigos 1º, caput, parágrafo único do artigo 3º, inciso I do artigo 4º, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Os bens públicos estaduais e municipais, móveis e imóveis, incluídos veículos, equipamentos urbanos, sinalização de logradouros, placas, painéis e cartazes sinalizadores ou informativos de obras públicas estaduais e municipais, serão identificados pelo brasão do estado, instituído pelo Decreto Lei nº 2457, de 31 de março de 1947 ou brasão do município conforme legislação específica de cada município.

- Acrescente-se emenda aditiva ao parágrafo único do artigo 3º: após estado, acrescente-se “e para o município”.

Art. 4º (...)

I - aos bens e equipamentos das autarquias, fundações, sociedade de economia mista estaduais e municipais, aos das concessionárias e permissionárias de serviço público estadual e municipal, permitida, neste caso, a aplicação ou a fixação de denominação, logotipo ou sigla da entidade respectiva.”

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

Apoioamento:

Nereu Moura e Mauro Moraes.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública a ARIGAF - Associação Ricardo Gadotti Feldmann, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho - SEMESS (Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 162/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Cleiton Kielse visa instituir a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho - SEMESS (Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho), no estado do Paraná.

Fundamentação

Consoante analisarmos a princípio que o projeto que ora se analisa visa instituir o calendário estadual uma semana que se destine ao benefício dos trabalhadores, em geral. Não plausível a análise sem que antes passemos a olvidar o que nos ensina a inteligência da Constituição Federal:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e lei que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Não se vislumbra nenhum óbice quanto à legitimidade do autor para legislar ante tal matéria de direito, pois como não é vedada, via conseqüente, é autorizado pela Constituição Federal.

O trabalhador é de suma importância para o estado, tanto que há vários artigos assegurando o seu direito tanto na Constituição Federal quanto na Estadual. Preceitua a Carta Magna de nossa República:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifos nossos)

Outro artigo que nos mostra o reconhecimento que o trabalhador tem perante o estado é o artigo 165 da Constituição Estadual:

Art. 165. O estado, em ação conjunta e integrada com a união, municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio. (grifos nossos)

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 095/98, que dis-

põe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, conforme a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 162/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário à apresentação da presente emenda, para o artigo 2º, contar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho será realizada na 3ª semana do mês de setembro de todos os anos vindouros, de acordo com o Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.”

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Amigos do CAP, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, visa declarar de utilidade pública a Associação Maringaense de Amigos do CAP, com sede e foro no município de Maringá.

Sendo assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 204/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário à apresentação do presente substitutivo geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Maringaense dos Amigos do Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual - AMACAP, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Nereu Moura, Professor Luizão, Mauro Moraes e Artagão Júnior.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/07, de autoria do Deputado Pérciles de Mello, que declara de utilidade pública o Grupo Liberdade Direitos Humanos da Mulher Prostituída, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 297/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pérciles de Mello, declara de utilidade pública o Grupo Liberdade Direitos Humanos da Mulher Prostituída, com sede e foro na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Chama Viva do Tatuquara - AMCVT, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/07, de 25/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 303/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Associa-

ção de Moradores Chama Viva do Tatuquara - AMCVT, com sede e foro na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública o Instituto de Assistência Social e Saúde São José, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/07, de 30/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 306/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública o Instituto de Assistência Social e Saúde São José, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que regulamenta que gorjeta deve ficar com garçom. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 003/07, de 28/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 056/07

P A R E C E R :

Com fulcro no que autoriza o Regimento Interno desta Casa Legislativa, em especial ao artigo 137, parágrafo 3º, faz-se necessária a apresentação desta.

Art. 137. Emenda é a proposição apresentada com acessório de outra.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 056/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo regulamentar que a taxa de serviços de 10% cobrada por hotéis, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, bares e outros estabelecimentos comerciais similares, terá de ser obrigatoriamente distribuída entre garçons e demais funcionários das respectivas empresas, e, caso não seja cumprida a regulamentação, ensejará multa de 30 salários-mínimos ao infrator, vejamos:

Art. 1º A taxa de serviço cobrada por hotéis, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, bares e outros estabelecimentos comerciais similares, terá de ser obrigatoriamente distribuída entre garçons e demais funcionários das respectivas empresas.

Art. 2º O não cumprimento de determinação descrita no artigo 1º desta lei gerará multa de 30 salários-mínimos para o infrator.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Paraná fiscalizar e agir para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 4º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Emenda aditiva e sua fundamentação

A comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o projeto de lei supracitado deve ser submetido a emenda aditiva, para que possa ter efetiva aplicação.

Para não conflitar com normas federais, o presente projeto de lei deve ser regido conforme estabelecem os artigos 29, parágrafo 1º e 457, parágrafo 3º da Consolidação das leis do Trabalho, bem como pautar-se ao Enunciado nº 354, do Tribunal Superior do Trabalho, vejamos:

Enunciado 354/TST. Revisou o de número 290. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

Art. 29 CLT. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de 48 horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

§ 1º As anotações concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma e pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a estimativa da gorjeta.

Art. 457 CLT. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do sala-

rio devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados. (grifo nosso)

Assim sendo, em virtude da emenda aditiva apresentada, o presente Projeto de Lei sob nº 056/07 de autoria do ilustre Deputado Antonio Belinati, passará a conter a seguinte redação:

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 056/07

Art. 1º As taxas de serviço cobradas por hotéis, restaurantes, churrascarias, lanchonetes, bares e outros estabelecimentos comerciais similares, terão de ser obrigatoriamente distribuídas entre garçons e demais funcionários das respectivas empresas.

Parágrafo Único. Os valores arrecadados com referidas taxas deverão obrigatoriamente integrar a remuneração do empregado, segundo estabelecem os artigos 29, parágrafo 1º e 457, parágrafo 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como ao Enunciado nº 354 do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 2º O não cumprimento da determinação descrita no artigo 1º desta lei gerará multa de 30 salários-mínimos para o infrator, a qual será revertida aos funcionários do estabelecimento.

Art. 3º Caberá a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social do Paraná fiscalizar e agir para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Professor Luizão, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Ney Leprevost e 01 ilegível.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 056/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei epígrafe busca obrigar que as taxas de serviços cobradas por certos estabelecimentos sejam

distribuídas entre garçons e demais funcionários destes estabelecimentos.

Fundamentação

A iniciativa já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Relator, chamado a opinar, conclui que o projeto de lei traz acepção muito importante para classe de trabalhadores em nosso estado. O projeto ainda trará uma isonomia maior em nossa sociedade, ao passo que tenderá a dividir a taxa de serviço recebida pelos estabelecimentos aos seus funcionários, que de fato fazem jus a tal quantia, pelo esforço empregado em suas atividades.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Este projeto, item 09, por solicitação do Deputado Carli Filho, muda a sua denominação para: "regulamenta as gratificações recebidas pelos garçons, conforme especifica."

Em discussão.

Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Tenho um contato muito grande com essa laboriosa categoria de trabalhadores, que são os garçons. Quero louvar os empresários da rede hoteleira e da área de alimentação, que cobram de seus clientes um adicional de 10% de gorjeta. Vários, inúmeros empresários repassam essa taxa de serviço para os garçons. Entretanto, aqui no Paraná há donos de hotéis, donos de restaurantes que cobram por essa prestação de serviço, seja na hospedagem ou na alimentação, o adicional da taxa de 10% e nem todos os empresários repassam aquilo que tradicionalmente é chamado de gorjeta para os garçons.

Então, é apenas para disciplinar. Ou seja, o empresário não pode embolsar o dinheiro que não é dele. O cliente pagou a título de taxa de serviço, porque a gorjeta seria cima dos 10%. Então, o cliente paga como taxa de serviço os 10%, taxa que nem sempre é transferida para o garçom ou para a garçonete. O nosso projeto apenas estabelece como lei a obrigatoriedade: cobrou taxa de serviço, que esse adicional seja transferido para o garçom ou para a garçonete.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Está em votação. **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que cria o Conselho Esta-

dual de Combate aos Crimes pela Internet. PARECERES FAVORÁVEIS CCJ E CS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 184/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, cria o Conselho Estadual de Combate aos Crimes pela Internet.

Analizando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso X diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 184/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, visa criar o Conselho Estadual de Combate aos Crimes pela Internet.

A revolução digital que proporciona a acessibilidade crescente à internet trouxe para a sociedade diversos impactos, principalmente na seara do Direito.

Nesse contexto, a sociedade encontra-se diante de diversas condutas que, utilizando-se de internet para sua consecução, ferem direitos de terceiros ou vão de encontro ao interesse comum, bem como demais bens e direitos juridicamente tutelados.

Há inúmeros crimes que podem admitir sua consecução no meio cibernético, dentro outros: calúnia,

difamação, injúria, ameaça, divulgação de segredo, furto, dano, apropriação indébita, estelionato, violação ao direito autoral, escárnio por motivo de religião, favorecimento da prostituição, ato obsceno, escrito ou objeto obsceno, incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso, falsa identidade, inserção de dados falsos em sistema de informações, adulteração de dados em sistema de informações, falso testemunho, exercício arbitrário das próprias razões, jogo de azar, crime contra a segurança nacional, preconceito ou discriminação de raça-cor-etnia-etc, pedofilia, crime contra a propriedade industrial, interceptação de comunicações de informática, lavagem de dinheiro e pirataria de software.

Dessa forma, a criação de um Conselho Estadual que vise coibir e prevenir tais práticas delituosas é de fundamental importância, tendo em vista a dificuldade das autoridades em investigar e até aplicar as penalidades aos responsáveis a esta modalidade de crime que vem aumentando significativamente nos últimos anos, tendo atingido 197 mil ocorrências em 2006.

Muitos países e alguns estados já implantaram essa política organizada de repressão aos crimes cibernéticos, como os integrantes da União Européia, Estados Unidos, Canadá, África do Sul e Japão, os quais já adotaram medidas acompanhando a Convenção de Budapeste, Convenção Internacional sobre o Cibercrime. O Estado do Rio de Janeiro já é munido com Delegacias Especializada em Repressão aos Crimes da Informática, onde são apuradas as diversas modalidades ilícitas enquadráveis sob a legislação penal atual.

Portanto, em face do exposto, opino favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.05.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
MAMEDE - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaerinha na região sudoeste do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 213/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaerinha na região sudoeste do estado do Paraná.

Analisando a proposição do nobre Deputado, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS PROJETO DE LEI Nº 213/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, dispõe sobre a inclusão dos municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaerinha na região sudoeste do estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, ao analisar sua constitucionalidade e legalidade.

Chamada a opinar, a Comissão de Assuntos Metropolitanos acompanha o parecer da CCJ, entendendo que a matéria tem méritos indiscutíveis, tendo em vista que, historicamente, os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Manguaerinha pertencem a região sudoeste do estado do Paraná, como bem justifica o autor.

Sala das Comissões, em 07.05.07.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1398, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1380, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1351, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1355, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1359, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1360 e 1361, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1362, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1367, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1368, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será procedida a chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só gostaria de aproveitar, antes que se faça a chamada nominal, de comunicar aos Deputados membros da Comissão de Fiscalização que teríamos uma reunião na sala da CCJ e estamos transferindo essa reunião para a sala aqui do plenário, para agilizarmos o processo e facilitarmos a atividade dos Deputados em razão do passado das horas.

E também registrar a presença do Vice-Prefeito de Kaloré, que nos prestigia com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado e que seja bem-vindo o Vice-Prefeito.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Provavelmente a Sessão cairá, pelo baixo quórum que temos presente. Antes de cair a Sessão, gostaria então de deixar bem claro para os membros da Comissão de Comunicação, bem como para a Assembléia Legislativa, que amanhã o Secretário Pissetti, da Comunicação Social, não virá a esta Casa?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Elio Rusch, desculpe-me, mas é o seguinte: V. Exa. não estava e eu fiz um pronunciamento sobre isso e respondi diversas vezes. O Deputado Elio Rusch quer que eu fale, mas ele quer que eu fale no microfone. Então, eu vou dizer aqui: não virá! E só virá o dia que for acordado com a Liderança do Governo, nobre Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aliás, eu já pedi ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, ao Deputado da Oposição, Deputado Valdir

Rossoni, com a presença da Comissão de Comunicação e Obras, que se reúnam, entrem em um entendimento, comuniquem, ratifiquem o convite ao Secretário Pissetti e marquem.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Pela Ordem)

Presidente, dentro da mesma linha, porque o Deputado Romanelli já havia me dito semana passada que ele não viria, me disse aqui fora que também não viria. Então, na verdade tem que ficar registrado que o Secretário não virá no dia de amanhã. Se não ficar registrado, é claro que ele poderá vir e dizer que não tinha nenhum Deputado presente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que amanhã a Comissão de Comunicação irá se reunir. E vamos discutir se iremos fazer um novo convite, já que o Secretário Airtton Pissetti não aceitou esse convite, não veio, ou pelo menos mandou uma ordem aqui ao Líder do Governo para que diga a todos que ele não virá amanhã. Vamos nos reunir e, de repente, podemos também convocá-lo ou até mesmo convidar outras autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é que na verdade os pronunciamentos do Deputado Marcelo Rangel, eu tenho tentado aqui no mais absoluto sentimento de que o nosso relacionamento tem que ser respeitoso. Quero dizer ao Deputado Marcelo Rangel que eu não recebo ordens nem do Secretário Pissetti, nem de ninguém. Aliás, o meu pai mesmo tinha uma certa dificuldade em função do meu comportamento sempre um pouco rebelde. E quero dizer que temos um convite formulado ao Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho que está bem claro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, o Deputado Marcelo Rangel não consegue escutar o que falamos. Esse é um problema sério, não de audição, mas de compreensão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Tenho uma ótima audição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Tadeu Veneri, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tadeu Veneri**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Vinte e seis Srs. Deputados encontram-se presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

O SR. ANTONO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, só para me orientar: é descontado do salário desses Deputados ausentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Não, Sr. Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)
Sr. Presidente, somente para registrar que dos 26 Deputados presentes, 21 Deputados são da Oposição e do Bloco Independente. Deixar bem claro: 21 Deputados do Bloco de Oposição e do Independente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Perfeitamente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 037 e 284/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 056, 162, 184, 204, 213, 297, 303 e 306/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 078/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 2372, datado de 22 de março de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar anotar, na ficha funcional de ANTONIO MARCOS PIZZANO, matrícula nº 40200, portador do RG nº

7032773-PR, e do CPF 14998866915, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado na Coordenadoria do Almoxarifado, ocupante do cargo de Almoxarife, NTC-04, o tempo de 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, período compreendido entre 03/05/1976 e 31/12/1976, em que prestou serviços à FINASA Crédito Financiamento e Investimento S/A, contados para efeito de aposentadoria, e disponibilidade, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 40, da Constituição Federal, e com a mesma redação, parágrafo 9º, do artigo 35, da Constituição Estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, 17.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 081/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4380, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de LUCI MARTINS AZEVEDO, matrícula nº 40886, portadora do RG nº 1.113.175-1-PR, e do CIC nº 301.873.119-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1989, lotada na Diretoria de Apoio Técnico, exercendo o cargo de Consultor Legislativo NUD-02, o tempo de 01 (um) mês e 29 (vinte e nove) dias, período de 04/02/1974 a 01/04/1974, em que prestou serviços ao Centro Eletr. de Proc. de Dados; ao Colégio Santa Maria, por 01 (um) ano e 16 (dezesesseis) dias, de 10/03/1974 a 17/04/1975, já descontado o tempo paralelo; ao Instituto de Assistência ao Menor, por 01 (um) ano, 09 (nove) meses e (08) oito dias, de 19/04/1975 a 26/01/1977; ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, por 12 (doze) anos, 06 (seis) meses e 05 (cinco) dias, de 24/01/1977 a 31/07/1989, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, todos eles constantes em certidão do INSS.

Gabinete da Diretoria Geral, 21.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 082/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4540, datado de 10 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LEONOR DE CARVALHO CAVALCANTI, matrícula nº 40331, de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de maio de 2007, CID. X.F 32.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.05.07

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 083/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 4741, datado de 10 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 02 de maio de 2007, CID. X.F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.05.07

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 084/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3132, datado de 11 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de MARIA HELENA CARVALHO SPALA, matrícula nº 40413, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem Nível NTC-03, nos termos do parágrafo 9º do artigo 201, da Constituição Federal, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço conforme consta da Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, num total de 09 anos, 06 meses e 28 dias, como segue:

1 - de 01.02.1975 a 19.10.1978 em que trabalhou na Clínica de Fraturas e Ortopedia XV Ltda;

2 - de 05.12.1978 a 10.03.1982 em que trabalhou na Associação Cultural São José;

3 - de 14.06.1972 a 01.02.1974 em que trabalhou no Hospital São Lucas; e,

4 - de 01.02.1974 a 16.01.1975 na Clínica e Maternidade Nossa Senhora do Rosário.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 085/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 2770, datado de 02 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de EUGENIA CAETANO FONTANA, matrícula nº 40580, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível MBA-03, funcionária desta Assembléia Legislativa, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, a contagem em dobro, ex-ofício, de uma licença especial que tem direito, relativa ao período compreendido entre 21.12.1992 e 21.12.1997, conforme lhe faculta a Lei nº 6174/70 e assegurado pelo artigo 3º, parágrafo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, 22.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

